

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

VALNEIDE VIANA DA SILVA

**FUNDAÇÃO DE AMPARO AO MENOR (PATRONATO BURITI):
REALIZAÇÕES E DIFICULDADES NA ASSISTÊNCIA AO
MENOR CARENTE no MUNICÍPIO DE Uberlândia - MG**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Uberlândia

2010

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO MENOR (PATRONATO BURITI):
REALIZAÇÕES E DIFICULDADES NA ASSISTÊNCIA AO
MENOR CARENTE no MUNICÍPIO DE Uberlândia - MG

VALNEIDE VIANA DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Uberlândia, 17 Dezembro 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^o. Dr. Antônio de Almeida - Orientador

Prof.^a.dr.^a. Regina Ilka Vasconcelos

Prof.^a Dr.^a. Christina da Silva Roquete Lopreato

Uberlândia

2010

*Aos meus pais, Maria Luiza, e em especial meu pai,
Roberto que tanto desejou ver esse projeto
concretizado. .*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter provado sua existência e seu amor em todos os momentos da minha vida, e, em especial durante esta fase.

Aos meus filhos pela paciência durante minhas ausências, e de maneira extremamente especial a minha filha Michelle por sempre ter acreditado em mim.

À Prof.^a Regina Ilka e a Prof.^a Christina Lopreato que prontamente se dispuseram a participar da Banca Examinadora.

Aos meus amigos, que esteve presente, apoiando-me em todos os momentos, compreendendo a falta de tempo e as ausências.

Ao meu amor, Jose Teles, pelo apoio, e por acreditar na minha capacidade.

Finalmente, quero agradecer a todos os meus entrevistados, que me confienciaram suas memórias, seus sentimentos, cuja participação foi de fundamental importância para a realização deste trabalho.

HINO DO PATRONATO

LETRA: Sebastião Moreira Rodrigues

Patronato de Menores
Aqui estou prá tua glória aumentar,
Pela escola, eu darei minha vida,
Eu serei bom aluno a lutar.

Não importa que seja do norte,
Do nordeste, do sul ou sertão.
Para as marchas da vida eu sou forte
Com a escola no coração

Trabalhamos e temos vigor,
Tudo por nossa escola querida,
Por mais pedregosa que seja,
A estrada de nossa vida.

Venhamos as nossas missões
Sem sentirmos o mínimo temor
Trabalhando alegres porque !
Nossa escola é um sorriso de amor.

Patronato estrela resplandecente
Patronato escola varonil,
Está por isso incessantemente
Instruindo a classe juvenil.

Sebastião

RESUMO

As injustiças sociais, sobretudo as que vitimam crianças, são temáticas que sempre despertaram a minha atenção. Portanto ao ingressar na graduação do curso de História, já estava claro em minha mente qual seria o tema que abordaria ao fazer o trabalho de pesquisa de conclusão do curso, privilegiaria essa questão do menor. Almejava discutir um pouco do problema da criança abandonada, embora soubesse da existência de muitos trabalhos acadêmicos sobre o tema. Entretanto não desejava apenas falar do menor abandonado, desejava, em especial, tentar remontar a trajetória e a existência de um abrigo que funcionou em Uberlândia, no período de 1950 a 1986, o Amparo de Menores Patronato Buriti. Através de entrevistas e relatos orais, vi uma oportunidade de recontar a trajetória dos que viveram grande parte de suas vidas em um orfanato. Foram sujeitos deste estudo, 10 adultos, atualmente com idades entre 35-56 anos, do sexo masculino, institucionalizados no Patronato Buriti, nos anos de 1971 a 1981. A caracterização do trabalho foi feita através da sistematização das informações existentes na instituição e contida em documentação, na imprensa local da época, e por meio de entrevistas com ex-funcionários e ex-internos, a respeito da instituição. O material da imprensa foi coletado, especialmente, do jornal correio de Uberlândia, através de recortes encadernados de acervo particular, fornecidos por Vera Abrão, ex-rotariana, e esposa de. Jorge Abrão, que foi diretor da instituição no período de 1987. Para direcionar a consulta às reportagens do jornal e demais fontes consultadas e para orientar as entrevistas com os ex-internos e funcionários da instituição, parti das seguintes problematizações: quais as razões para o surgimento da instituição e como foi traçada a sua trajetória? Ou, quais foram as motivações que levaram um grupo de pessoas a idealizarem e construir o orfanato? Tratava-se de iniciativas de natureza apenas caritativa e religiosa, ou, isso significou, também, um certo controle, seja pela disciplinarização ou higienização, das ruas e demais espaços públicos de Uberlândia? O trabalho teve como objetivo, a compreensão do histórico de vida dos meninos que eram encaminhados para o internato, procurando traçar um perfil dos internados naquela instituição. Assim, alguns aspectos relacionados a esses sujeitos sociais foram observados mais de perto, como, idade, situação familiar, escolarização e motivos que levaram a internação. Todas as matérias publicadas pelo Jornal Correio a respeito do orfanato foram selecionados para a pesquisa, o que justifica ao longo do trabalho a repetição das datas. A escolha de pessoas que viveram ou foram internos da instituição, como objeto de pesquisa, se respalda na compreensão de que, os mesmos, por terem vivido anos na instituição (sendo que ali permaneceram mesmo após atingir a maioridade), possam contribuir de maneira significativa para essa pesquisa. Esse trabalho é a síntese desse esforço em oferecer um pequeno estudo sobre a historicidade do Patronato enquanto instituição que abrigou e educou a muitos. Instituição esta que com seus acertos e erros, traçou como seu principal objetivo devolver à sociedade indivíduos cientes de seus direitos e deveres. Partindo dessas considerações e tendo como objetivo compreender a trajetória e existência da instituição Patronato Buriti e seus ex-internos, esta dissertação foi organizada em três capítulos principais. Como foi dito anteriormente, num primeiro momento, embora esse não fosse objetivo inicial, nos sentimos estimulados a lançar um breve olhar sobre a literatura que discute a questão do abandono de crianças no Brasil, auscultando algumas importantes vozes, como Maria Luiza Marcílio, Rizzini, Áries Philippe, entre outros.

Palavras-Chave: Patronato Buriti. História. Crianças. Injustiça Sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPITULO I DAS “RODAS DE EXPOSTOS “ AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: BREVE HISTÓRICO SOBRE MENORES CARENTES NO BRASIL.....	11
1.1 Assistência às crianças abandonadas no Brasil.....	14
 CAPITULO II: O PATRONATO BURITI E O ACOLHIMENTO DE MENORES CARENTES EM UBERLÂNDIA	20
CAPÍTULO III: OS INTERNOS DO PATRONATO BURITI : ENTRE A CARÊNCIA DO PRESENTE E A EXPECTATIVA DO FUTURO.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERENCIAS	56
ANEXO 1.1 roteiro das entrevistas.....	58
1.2 entrevistados.....	59
Iconografia.....	60

INTRODUÇÃO

As injustiças sociais, sobretudo as que vitimam crianças, são temáticas que sempre despertaram a minha atenção. Portanto ao ingressar na graduação do curso de História, já estava claro em minha mente qual seria o tema que abordaria ao fazer o trabalho de pesquisa de conclusão do curso, privilegiaria essa questão do menor. Almejava discutir um pouco do problema da criança abandonada, embora soubesse da existência de muitos trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Entretanto não desejava apenas falar do menor abandonado, desejava, em especial, tentar remontar a trajetória e a existência de um abrigo que funcionou em Uberlândia, no período de 1950 a 1986, o Amparo de Menores Patronatos Buriti.

Conforme fui apreendendo as leituras, tomando contato com os relatos históricos, fui me encantando sobre a maneira como é possível, através dessas informações e fontes, oferecer explicações por meio de fatos, muitas vezes desconhecidos de muitos.

Percebi em tudo isso a chance de remontar a História de um lugar que, de certa maneira, tive uma vivência em sua trajetória. Talvez, para alguns, a minha pesquisa seja mais uma em meio a tantas outras, simplesmente para o fechamento e conclusão de um curso de graduação. No entanto, para muitos dos sujeitos aqui investigados, essa é a chance de ver sua própria trajetória e história de vida compondo uma explicação histórica sobre a realidade aqui investigada, possibilitando, também, resgatar parte de sua infância abandonada.

Através de entrevistas e relatos orais, vi uma oportunidade de recontar a trajetória dos que viveram grande parte de suas vidas em um orfanato. Foram sujeitos deste estudo, 10 adultos, atualmente com idades entre 35-56 anos, do sexo masculino, institucionalizados no Patronato Buriti, nos anos de 1971 a 1981.

A caracterização do trabalho foi feita através da sistematização das informações existentes na instituição e contida em documentação, na imprensa local da época, e por meio de entrevistas com ex-funcionários e ex-internos, a respeito da instituição. O material da imprensa foi coletado, especialmente, do jornal correio de Uberlândia, através de recortes encadernados de acervo particular, fornecidos por Vera Abrão, ex-rotariana, e esposa de Jorge Abrão, que foi diretor da instituição no período de 1983 a 1985.

Para direcionar a consulta às reportagens do jornal e demais fontes consultadas e para orientar as entrevistas com os ex-internos e funcionários da instituição, parti das seguintes

problematizações: quais as razões para o surgimento da instituição e como foi traçada a sua trajetória? Ou, quais foram as motivações que levaram um grupo de pessoas a idealizarem e construir o orfanato? Tratava-se de iniciativas de natureza apenas caritativa e religiosa, ou, isso significou, também, um certo controle, seja pela disciplinarização ou higienização, das ruas e demais espaços públicos de Uberlândia?

O trabalho teve como objetivo, a compreensão do histórico de vida dos meninos que eram encaminhados para o internato, procurando traçar um perfil dos internados naquela instituição. Assim, alguns aspectos relacionados a esses sujeitos sociais foram observados mais de perto, como, idade, situação familiar, escolarização e motivos que levaram a internação. Todas as matérias publicadas pelo Jornal Correio a respeito do orfanato foram selecionados para a pesquisa, o que justifica ao longo do trabalho a repetição das datas.

A escolha de pessoas que viveram ou foram internos da instituição, como objeto de pesquisa, se respalda na compreensão de que, os mesmos, por terem vivido anos na instituição (sendo que ali permaneceram mesmo após atingir a maioridade), possam contribuir de maneira significativa para essa pesquisa.

Apos delinear o objeto de minha pesquisa, que seria a instituição Patronato Buriti, mesmo tendo clareza que esse trabalho não estava direcionado no sentido de empreender uma discussão conceitual sobre menor abandonado e infrator, percebi que seria necessário apresentar alguns elementos sobre essa reflexão, objetivando melhor compreender alguns aspectos sobre a trajetória da criança ao longo da história.

Dentro desse contexto, ao retomar algumas vozes que discutem o fenômeno do abandono, (Marcílio, 2006, Rizzini, 1993), dentre outros, algumas questões voltaram a me angustiar, tais como, a visão distorcida do próprio conceito de abandono, decorrente da ocultação da questão social que ele evoca.

No início do curso de graduação em história, eu tinha uma noção simplista das razões que levavam crianças a serem institucionalizadas, supondo que ou eram abandonadas pela família ou para ali se dirigiam por iniciativa do Estado. Ao ter contato com a literatura sobre o tema e com as fontes, tais assertivas mostraram-se menos nítidas, me defrontando com um terrível paradoxo. Acreditar que a família abandona a criança, simplesmente porque os pais não cumprem seus deveres, implica tirarmos conclusões precipitadas, favorecendo uma leitura própria dos setores dominantes, pois, muitas das vezes, as famílias adotam medida tão drástica porque não têm como manter essa criança, pois faltam as condições básicas de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, não podemos dizer que o Estado abandona a criança, pois ele usa o argumento que está cumprindo o seu papel ao legitimar a importância jurídica ao encaminhar a criança em situação de risco para os orfanatos. Como historiadores não poderíamos esperar uma verdade absoluta a respeito de quem são os responsáveis pelo “abandono”, ou quem são esses meninos. Embora apresentem algumas características semelhantes, segundo a fala das pesquisadoras Rizzini e Rizzini (2004, p.52):

Seja qual for a origem destas crianças, todas apresentam traços comuns (...): histórias marcadas pela descontinuidade de vínculos e trajetórias, por muitas mudanças e constantes rompimentos de seus elos afetivos, além de uma grande demanda por atenção e cuidados que poucas vezes é correspondida. Com seqüência, a urgência de serem ouvidas e terem suas necessidades atendidas são os mais fortes elementos que surgem nas suas falas.

Ainda assim, são indivíduos distintos com vivências múltiplas, que conseqüentemente também se tornarão pessoas de diferentes personalidades, daí, as dificuldades em apreendermos toda a rica vivência dessas crianças que foram educados em orfanatos. Segundo JENKINS, a História não poderá recuperar a totalidade do passado, pois este contém uma gama de acontecimentos e situações que já aconteceram. Como o passado não existe mais, apenas os vestígios que permaneceram a História será apenas um relato sobre os fragmentos que ainda estão disponíveis do passado.¹

Por isso, a decisão, aqui, de estudar e recontar a trajetória do referido orfanato, não tem a pretensão de buscar uma verdade absoluta dos fatos desenrolados referentes aquela instituição. Cabe registrar, inclusive, que a maioria da documentação oficial perdeu-se, restando apenas alguns vestígios em acervos particulares ou pequenos relatórios disponíveis na biblioteca pública de Uberlândia ou no Rotary, que foram literalmente garimpados por essa pesquisadora.

Diante disto para responder a nossa problemática, tivemos que juntar estes fragmentos e analisar os indícios presentes nos mesmos, que nos levassem a elaborar conclusões mais amplas sobre a política social implementada no orfanato. Não podemos perder o foco de que a nossa dissertação é apenas uma leitura desta realidade, dentre várias que poderiam ser feitas.

Após a análise de todos os recortes de jornal, partimos para as entrevistas com ex-internos e alguns funcionários da época, procurando apreender cada detalhe da fala dos depoentes, desde a expressão de subjetividade até a complementação de frases quando os mesmos se perdiam em lembranças.

¹ JENKINS, Keith. **História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 24.

Uma das características considerada como uma constante nessa trajetória da instituição estudada e dos seus internos, diz respeito a problemática da inserção dessa criança quando adulta na sociedade, ou seja, sua ressocialização. A criança institucionalizada, além de vivenciar o abandono, ainda enfrenta o preconceito por ter sido criada e educada fora dos padrões de família convencional.

Em algumas entrevistas, com o cuidado de manter o anonimato dos depoentes, foram usados nomes fictícios. Durante as conversas, promovemos, também, uma observação de campo sobre a atualidade desses depoentes, a qual ofereceu dados complementares aos depoimentos. As entrevistas foram aplicadas pela própria pesquisadora nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2009, cada uma destas teve a duração de aproximadamente 30 minutos. A estratégia de aceitação se mostrou satisfatória, pois eram pessoas anônimas, que demonstravam sentimentos de emoção com a oportunidade de falar de suas vivências.

Esse trabalho é a síntese desse esforço em oferecer um pequeno estudo sobre a historicidade do Patronato enquanto instituição que abrigou e educou a muitos. Instituição esta que com seus acertos e erros, traçou como seu principal objetivo devolver à sociedade indivíduos cientes de seus direitos e deveres.

Partindo dessas considerações e tendo como objetivo compreender a trajetória e existência da instituição Patronato Buriti e seus ex-internos, esta dissertação foi organizada em três capítulos principais. Como foi dito anteriormente, num primeiro momento, embora esse não fosse objetivo inicial, nos sentimos estimulados a lançar um breve olhar sobre a literatura que discute a questão do abandono de crianças no Brasil, auscultando algumas importantes vozes, como Maria Luiza Marcílio, Rizzini, Áries Philippe, entre outros.

CAPITULO I: DAS “RODAS DE EXPOSTOS” AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: BREVE HISTÓRICO SOBRE MENORES CARENTES NO BRASIL

Em diferentes lugares do mundo, sempre foi possível encontrarmos crianças expostas a variados tipos de violência, sejam físicas ou morais, sendo muitas as testemunhas oculares do sofrimento desses indivíduos. Na literatura que trata da temática, encontramos inúmeros relatos de diferentes formas de abandono, que vão desde as conhecidas “rodas de expostos”, passam pela rejeição de filhos ilegítimos e pelos que são deixados a margem da vida pelos seus genitores, até chegar aos extermínios de recém-nascidos pelos próprios pais (MARCILIO, 2006)².

No Brasil, desde a colônia até a crise do império, no final do século XIX, a criança abandonada ainda era designada pelos termos "expostos" e "enjeitados". Esses termos correspondiam ao tipo de abandono mais comum para esse período. O primeiro sistema no Brasil destinado a cuidar da criança abandonada se limitava a “roda de expostos”, nos moldes da roda de Lisboa³. A primeira delas foi criada em Salvador, em 1726, trazendo os costumes de Portugal. Aqui se instalou numa instituição religiosa, com a ajuda do rei, e a partir de 1830 as províncias passaram a ter que subvencionar as casas de assistência a esses expostos.

A aparência de uma roda poderia ser descrita da seguinte maneira: uma abertura que ocupava o lugar de uma janela, dando face para a rua, e girava em torno de um eixo; era dividido em setores por compartimentos, um dos quais se abria para o lado de fora, de maneira que ao depositar a criança a mãe, ou a pessoa que ali a levasse tinha sua identidade preservada. Ela se responsabilizava pelos recém-nascidos até os três anos de idade, contratando as chamadas amas de leite, que os criavam até os sete anos, sendo que depois os mesmos voltavam para as rodas, as quais, tentavam encontrar famílias dispostas a cuidar dessas crianças, (MARCÍLIO, p. 79).

Na perspectiva dessa autora, a trajetória e especificidade dessas “Rodas”, enquanto instituições foi objeto de vários estudos. Elas eram mantidas pelas chamadas Casas de Misericórdias, também denominadas Santas Casas, funcionavam de forma bastante precária, o

² Marcilio, Maria Luiza, **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: 2ª ed. Editora. Hucitec, 2006.

³ A roda dos expostos tem origem na Idade Média, nos mosteiros medievais: como os mosteiros medievais recebiam crianças doadas pelos seus pais, para o serviço de Deus – chamados ablatos- muitos pais que queriam abandonar seus filhos utilizavam a roda dos mosteiros para nela depositarem o bebê. Esperavam eles que o pequeno não só teria os cuidados dos monges, como seria batizado e poderia receber uma educação aprimorada. Marcilio, Maria Luiza, Marcos Cezar de. (org). **Historia Social da Infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 55.

índice de epidemias e de mortalidade infantil era muito elevado, já que as condições de higiene nesses abrigos eram insalubres, sem que houvesse autoridade que se responsabilizasse por isso. Portanto, ao pensar sobre a infância carente no Brasil, até o final do século XIX, pode-se salientar que ela esteve exclusivamente associada às casas de misericórdias, resultantes de sentimentos de caridade religiosa, (MARCILIO, 2006).

Apesar da ausência de documentos e das grandes lacunas de registros e fontes sobre essa temática, no país, o que tornam difíceis os estudos sobre a criança e o abandono em território brasileiro, é possível localizar, desde o século XIII até final do século XIX e o início do XX, alguns registros sobre diferentes modos de se olhar para a infância, seja fruto de uma literatura religiosa ou de relatos de viagens ou de pesquisas desenvolvidas por pessoas que cruzaram os territórios. O viajante inglês Daniel Kidder, por exemplo, que passou pelo Rio de Janeiro, assim descreveu as rodas: “tais instituições provêm de mal compreendida filantropia. Não somente oferecem-nas incentivo ao afrouxamento dos costumes, mas ainda estimulam a mais clamorosa das desumanidades”⁴.

As práticas de abandono de crianças, acima referidas, circunscreviam-se ao espaço urbano das vilas. Na zona rural, onde residia à maioria da população, é de se supor que o abandono também existisse, mas não dispondo de informações sistemáticas sobre suas formas, podemos apenas supor a ocorrência de migração do abandono rural para as vilas e cidades (MARCILIO, 2006).

Uma questão frequentemente levantada por esses estudos está voltada para descobrir quem seriam essas crianças. Embora seja impossível obter respostas precisas sobre isso, pode-se, através de leitura de bibliografia, evidenciar que não apenas os ilegítimos eram recusados pelas mães e pelos parentes, mas que também uma proporção crescente de legítimos estava nessa situação.

Ainda, segundo Marcílio (2006), as “Rodas” inicialmente foram fundadas com a intenção de proteger a honra da família colonial e a vida da infância. No entanto, a “*Casa dos Expostos*” terminou por obter um efeito oposto, posto que, homens e mulheres passaram a contar com um apoio seguro para suas transgressões sexuais. Estavam certos de que podiam esconder os filhos ilegítimos em local onde seriam bem tratados, preservando a moral e a honra. Por isso, a Casa tornou-se incentivo à “*libertinagem*”.

A condenação da sociedade, o pré-julgamento contra as mães solteiras e a infâmia que se abate sobre essas crianças são alguns dos fatores para o abandono. As irmandades

⁴ Kidder, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (províncias do sul)*. São Paulo : Livraria Martins Editora – Edusp, 1972,p.60.

compostas por homens e mulheres, cristãos leigos e piedosos estão na origem das “*Santas Casas de Misericórdia*”, que virão a desempenhar um papel importante na problemática do abandono. Para manutenção das “*Santas Casas*”, apesar de várias iniciativas, predominavam as esmolas individuais ou coletivas, sendo que os doadores, geralmente penitentes, colocavam na parte externa dos prédios alimentos, remédios e mensagens. Assim quando giravam a roda, as doações eram transportadas para o interior da instituição.

Dessa forma, mantinham-se no anonimato os piedosos doadores. Ainda é possível encontrar exemplares desse instrumento nos raros mosteiros de religiosas enclausuradas, como, por exemplo, os mosteiros das Irmãs Concepcionistas de Bauru (SP) e Ponta Grossa (PR). Por mais absurdo que isso possa parecer ao nosso olhar e compreensão contemporâneos, essa foi, através dos séculos, a realidade de milhões de crianças em diferentes momentos da humanidade.

Sabemos que a criança nem sempre foi reconhecida como sujeito social, participante da história, ou melhor, dizendo, como constitutiva, também, da sociedade. Segundo Áries, () (1987), a infância era considerada como algo insignificante, os adultos não lhe conferia atenção alguma. Sua vida existencial poderia ser interrompida a qualquer instante, era um verdadeiro sacrifício para suas famílias. Seu viver estava completamente atrelado ao mundo dos adultos, não existia uma infância separada do seu cotidiano. Nesse sentido, Áries () ressalta que:

A arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la, é difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Uma idéia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão.⁵

As crianças não tinham o direito de participar de qualquer atividade cultural, na qual pudessem desenvolver alguma habilidade artística. Uma vez que viviam em total abandono familiar. O fenômeno do abandono e sua origem coloca-nos diante do impacto que as diferentes formas de cuidar dessas crianças significaram nas relações sociais da sociedade.

No século XX, um novo abandono é posto em destaque, numa perspectiva de "questão" ou "problema social". Trata-se, agora, de estudar a situação de menores abandonados. Por isso é possível dizer que nesse momento, está completada a "metamorfose" de crianças abandonadas, para menores abandonados. Essa perspectiva introduz novas condutas no trato dos abandonos, pondo em evidência vagarosamente outro enfoque. A situação começa a se delinear como uma questão social, ganhando importância a necessidade

⁵ Áries, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: 2º ed. Editora. LTC

de novas práticas, tais como a dos médicos, dos policiais, dos educadores, dos juízes e dos agentes e assistentes sociais.

A nova sociedade moderna assiste o emergir de um personagem, até então existente, porém oculto. É uma nova criança que conquista agora seu lugar em vários espaços, seja nas ruas, nas instituições ou mesmo na literatura. Agora imbuída de um novo papel, o de ser criança.

Essa criança agora traz consigo diferentes momentos: dos dez ao dezesseis anos, vive como adulto, embora conserve os prazeres e jogos infantis. Ainda muito pequenas é colocada como aprendiz de um ofício ou tem de ajudar os pais nas tarefas cotidianas; assim, conhece o ritmo do trabalho, seu rigor, suas imposições, ainda depende da família, mas constitui um laço social (RIZZINI, 1993).

Como participante da vida social é dada à necessidade da preparação do menor para se tornar um cidadão de “bem”. Instaura-se a necessidade das escolas, em sentido lato, abrangendo os vários locais de aprendizado. É claro que essa criança sempre existiu, mas o vigor da urbanização e do capitalismo industrial jogou sobre ela um olhar de preocupação. Essa preocupação começa a olhar para a infância e lhe confere um outro rumo, firmando-se a convicção da necessidade de “salvar o menor”. Fica cada vez mais evidente nos discursos - sobretudo jurídico e filantrópico - a dicotomia entre infância moralmente abandonada e menor delinqüente.

1.1 Assistência às crianças abandonadas no Brasil

Percebe-se que nessa trajetória de proteção a criança, e ao menor a historiografia registrou progressos e retrocessos. Para uma melhor compreensão do abandono e assistência ao abandonado, alguns autores tem se dedicado ao estudo dos diferentes modos de assistir essas crianças. Para Marcilio⁶ divide-se em três fases distintas esse apoio. Sendo uma caritativa, a segunda de fundo filantrópico, e a terceira, a fase do bem estar no século XX

Nessa primeira fase não se almejava mudanças estruturais na sociedade, tratavam-se de procedimentos de natureza meramente religiosa e caridosa. Se subdividia em três formas de atendimento: as câmaras municipais, a Roda de Expostos e a adoção informal dos expostos por famílias. As câmaras deveriam auxiliar financeiramente as famílias que recebessem crianças expostas, entretanto esse modelo se mostrou ineficiente, já que a concessão desse

⁶Marcilio, Maria Luiza, **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: 2ª ed. Editora. Hucitec, 2006, p.132.

auxílio era baseada em amizades e favores. Além de não resolver o problema ainda comprometia as finanças do município.

Em meados do século XVIII, a responsabilidade pelo encaminhamento das crianças expostas foi retirada das câmaras, sendo implantado nas capitais brasileiras a “*Roda de Expostos*”, numa tentativa de seguir ao modelo europeu. Apesar desse trabalho não abordar esse aspecto não podemos deixar de mencionar um fato curioso desse período, desde as primeiras iniciativas assistenciais, observa-se que sempre existiu um número bem maior de abandonados negros, comparativamente com os pardos ou brancos. Também era comum crianças negras serem mão de obra para seus senhores, mesmo depois da Lei do Ventre Livre. (Marcilio, 2006).

Outro aspecto muito importante é que nas instituições das Rodas e “*Casas de Misericórdias*” começa a ressocialização pelo trabalho, que será incorporada mais tarde a todo o sistema de proteção ao menor. Ainda dentro da fase caritativa, segundo Maria Luiza, há uma subdivisão entre formal e informal. Na primeira, as câmaras seriam as únicas responsáveis oficialmente, mas essas também poderiam delegar funções a outras instituições, como foi feito nas Santas Casas.

A informal, sistema que atravessou todo o século e chegou até nossos dias, se definia no modelo de famílias, que por várias razões, criavam bebês que eram deixados na soleira de suas portas ou ainda buscavam nas Rodas. As motivações mais latentes para essa atitude eram de natureza religiosa, pois essas pessoas acreditavam que teriam parte de seus “pecados” perdoados por Deus, ao criarem crianças sem família.

Embora o Rio de Janeiro fosse o primeiro município a possuir leis que puniam maus tratos a filhos de criação, isso não era garantia para assegurar que os pequenos fossem tratados com dignidade, posto que, “o sistema informal ou privado de criação dos expostos em casas de famílias foi (...) mais amplo, e presente em toda História do Brasil. É ele que, de certa forma, torna original a história da assistência à criança abandonada no país.”⁷

Mas não podemos explicar de maneira tão simplista, como sendo a preocupação das famílias como expressão apenas uma atitude religiosa e caridosa, pois, era uma sociedade escravocrata e essas crianças expostas ao serem adotadas significavam, também, mão de obra não assalariada, algo bastante conveniente aquelas famílias que “adotavam” essas crianças. Infelizmente pouco sabe-se dessas “doações”, pois não existia por parte das autoridades interesse em preservar essa documentação.

⁷ Marcilio, Maria Luiza, **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: 2ª ed. Editora. Hucitec, 2006, p.136.

Se nesse primeiro momento a preocupação com a criança era de caráter de caridade, no século XIX, assume objetivos de ordem higienista e moral. Aquilo que antes era atribuído apenas às instituições religiosas, passa também a ser função do Estado. Essa nova concepção em relação à infância, encontrava apoio nos sindicalistas que exigiam novas leis que regessem o trabalho infantil, e nos médicos e juristas que também lutavam pelo bem estar da infância, inclusive incentivando a desativação das Rodas.

Ao longo da segunda metade do século XIX até início do século XX algumas dessas rodas ainda estiveram em funcionamento. A partir daí, surgiram leis brasileiras que se diziam destinadas a proteger a infância, mas sempre se mostraram mais preconceituosas em relação a diferença social do que propriamente preocupada com o bem estar desse menor. O que predominava era a falta de direitos sociais da infância e da adolescência, produto do modelo econômico adotado no país. Uma das primeiras leis que se propunha a proteger a criança foi a Lei do Ventre Livre de 1871, mas que excluía os brancos.

Ainda segundo Marcílio (2006), a igreja posicionava de maneira bem rígida quanto ao adultério, pois isso feria o valor moral da fé crista, proibia a ordenação sacerdotal de filhos ilegítimos, mesmo que isso significasse mais crianças abandonadas pelas ruas. Se nas sociedades primitivas o infanticídio resolvia o problema de crianças indesejadas, na sociedade urbana, moderna e “civilizada” o abandono se resolvia pelo confinamento em instituições, ou pelo abandono pelas ruas das cidades.

No Brasil as leis tinham a preocupação de caracterizar a culpabilidade da criança e do adolescente, tanto que o Código Civil de 1820 isentava de crime os menores de catorze anos. Já o Código de 1890 determinava que até os nove anos fossem inimputáveis, acima dessa idade ficavam recolhidos até os vinte e um anos. Os códigos de menores sempre seguiram uma linha de confinamento, de repressão, e não de proteção ou respeito aos direitos desses menores. Assim como analisou Foucault (1995), essas instituições de internamento visavam:

“Formar indivíduos submissos... Quanto aos instrumentos utilizados... são formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos... horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos. O que se procura reconstituir nessa técnica de correção não é o sujeito de direito...é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens.”⁸

No final do século XIX, o discurso que trazia os jornais era que a culpa do abandono era das famílias; no século XX, era devido às condições econômicas e da desagregação

⁸ Ver Foucault, M. *Vigiar e Punir*. 12ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p.114.

familiar. Estudiosos como Rizzini, argumentavam que a rua oferecia múltiplas contribuições a má formação do caráter dessas crianças. Nesse lugar aprendiam desde palavras obscenas a prática de pequenos delitos, era a “*escola de vadiagem, e da falta de educação*”.

Para lutar contra esse mal, os juristas defendiam que , a educação seria a saída para a formação social desses menores, e isso cabia ao Estado , esse deveria ser despertado e conscientizado da sua responsabilidade política. Tinha início então, uma nova fase de proteção a essa criança, que foi denominada filantropia, se apresentava não como ruptura total com a caritativa, mas uma espécie de continuidade com uma nova concepção de assistência. “... Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados.”⁹

Vários eram os fatores que modificavam o retrato do país, a abolição da escravatura, a queda da monarquia, a separação do Estado e Igreja, a quebra do monopólio religioso da assistência à infância, a construção dos direitos da Criança, entre outros. A sociedade rompia com a ordem oligárquica, para dar passagem à ordem burguesa, e a economia industrial e capitalista. Questionavam-se os métodos das Rodas, desejava-se aliar a assistência ao menor às idéias positivistas de Augusto Comte, de ordem e progresso.

Com a industrialização o país recebia uma grande quantidade de imigrante, aumentando o contingente populacional, as cidades floresciam com a urbanização. No entanto tudo tem seu lado perverso, a modernidade trazia também no seu bojo, a exploração de mão-de-obra, principalmente de mulheres e crianças. A prostituição e crianças abandonadas se tornaram uma constante nessas cidades. A ação de higienista na luta em favor da infância tentava esvaziar o caráter caritativo da assistência a essas crianças, incentivando a criação de asilos de educandos em quase todas as capitais regionais (Rizzini,1993). Neles deveriam ensinar a instrução elementar, a formação cívica, e a capacitação profissional.

Esses profissionais de saúde procuravam educar não só as crianças, mas as mães, através de campanhas de higiene, e de saúde pública. Os adeptos da filantropia condenavam as práticas vigentes até aquele momento, que não educava, mais torturava com castigos, as velhas instituições não mais respondiam a necessidades da sociedade.

A partir da década de 1920, a infância no Brasil ganha novos questionamentos e perspectivas, desperta a preocupação da população e das autoridades, o perigo da delinquência que esses menores poderiam trazer a sociedade. Começam a olhá-los não mais apenas como a criança abandonada. Surgem novas nomenclaturas, como menor abandonado e

⁹ Rizzini, Irma. *Assistência à infância no Brasil. Uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1993,p.58.

menor infrator, os pequenos que precisavam ser reformados e “salvos” por instituições judiciais. Em 1924, é criado e regulamentado por parte do poder judiciário o juizado de menores, o Estado passa a partir daí a assumir a responsabilidade legal pela tutela da criança órfã ou abandonada.

Em 1927, foi criado o Código de Menores – cuja proposta era criar mecanismos de proteção às crianças contra os perigos e ameaças que as fizessem desviar do caminho do trabalho e da ordem –, que orientou as políticas para os jovens até sua revogação, no final da década de 70. A tônica da tutela esteve presente também no Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), criado em 1941. Em 1964 ocorre a substituição do SAM pela Política Nacional de Bem-estar do Menor (PNBEM), tendo como organismo gestor nacional a Funabem (Fundação do (Bem-estar do Menor).

Nas décadas de 70 e 80 surge aos olhos dos pesquisadores como em Rizzini (1992) estudos que discutem outro tipo de menor, os chamados “meninos de rua”, definição extremamente complexa, pois o que poderia ser definido naquele contexto como menor abandonado de rua, já que naquela época textos estrangeiros e nacionais consideravam que meninos de rua eram crianças abandonadas?

No final dos anos 80 foi introduzida uma importante distinção nesse conceito, fazendo diferenciações de significado nas expressões “*meninos na rua*” (os que permanecem temporariamente na rua com vínculo familiar) e “*meninos de rua*” (os que permanecem na rua e que perderam, parcial ou totalmente o vínculo familiar), esses surgem de inúmeras causas, mas a mais freqüente vem da dissolução do laço familiar, tais como a separação dos genitores.

Para alguns estudiosos, uma das principais características dessa desestrutura familiar, é a situação de pobreza, que passa então a ser considerada como geradora de crianças abandonadas e jovens delinquentes. Podemos dizer que a partir dos anos 80, houve uma mobilização mais significativa para o tratamento dado às crianças e adolescente em nossa sociedade. Com a criação de políticas públicas voltadas para eles enquanto tais, em suas especificidades e não mais como “menores”. Segundo Graciani (1997), somente na virada do século que esse termo passa a ser uma nomenclatura jurídica (baseada na faixa etária), e social. Essa distinção perpassa todo o século XX, sendo rompida em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira¹⁰.

Data da década de oitenta o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua¹¹, sendo um Movimento em Defesa dos Direitos das Crianças do Adolescente, e finalmente a

¹⁰ GRACIANI, Maria Stela Santos, *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 1997.

¹¹ Movimento criado em 1985, e teve importante papel na conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente.

aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como sendo a maior conquista desses movimentos. Todos esse fatores reforçavam o redimensionamento da História da criança e do adolescente no Brasil, com um maior envolvimento da sociedade civil, na busca de melhorias sociais. Desencadeando uma série de iniciativas espontâneas, comunitárias locais, voltadas para esse segmento da população.

Entretanto, não podemos apagar de nossa História que junto a todas essas conquistas, a mesma vinha também cercada de certa dualidade, ou seja, a história de assistência e atendimento às crianças e adolescentes, filhos das classes populares no Brasil é amplamente marcada por sucessivos enganos, onde a questão central sempre foi assegurar à sociedade a manutenção dos sistemas político, econômico e social, vigentes nas diferentes épocas. Durante toda a historiografia, presenciamos esses meninos assumirem os mais distintos papéis e denominações.

As diferentes mentalidades os classificaram desde “*caso de polícia*” à problema social, necessitavam serem educados e redirecionados a fim de viverem em sociedade. Mesmo que isso significasse trancafia-los em instituições e abrigos, longe dessa mesma sociedade que se dizia responsável por corrigir, e regenerar, para devolvê-los, ao convívio como cidadãos ordeiros e respeitosos da moral.

Essa é, resumidamente, a história do atendimento que se ofereceu à criança e ao adolescente pobre no Brasil até os anos 80, e que ainda coexiste com as novas formas de pensar e agir em relação a eles.

Enquanto processo histórico, não se pode negar que, à luz desse entendimento começou-se a ser discutido a partir dos movimentos que pressionaram o poder público para criação de leis que melhorassem a vida dessa parcela da população. O que resultou na criação de instituições e leis de atendimento a infância. E como frutos dessas pressões, foram criados o Código de Menores, de 1927, o de 1979, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA) em 1990, sendo que esse último foi considerado referência no tratamento da infância.

As práticas das instituições não foram capazes de quebrar o ciclo apreensão-deportação e confinamento nos orfanatos e abrigos, mas ao pensarmos essa trajetória não podemos negar que houve uma evolução significativa. Embora não se tenha respondido às necessidades do país em relação a essa questão, a partir dessas iniciativas é possível pensar alternativas para que a criança e o adolescente possam desenvolver-se plenamente como cidadãos portadores de direitos.

Portanto, no segundo capítulo faremos uma análise da instituição Patronato Buriti no acolhimento de menores carentes de Uberlândia.

CAPITULO II: O PATRONATO BURITI E O ACOLHIMENTO DE MENORES CARENTES EM UBERLÂNDIA

Na cidade de Uberlândia, não sendo diferente de tantas outras cidades brasileiras, no período aqui analisado a problemática do menor era perceptível pela sociedade local, como expressão da ausência de estrutura familiar, sendo que os defeitos na formação concorriam para determinar o problema da infância abandonada e da delinquência juvenil. Tal impasse já permeava a história do município, desde sua formação.

Assim uma reportagem do Jornal O Repórter, de 1935, definia que:

“ Trata-se da vadiagem desenfreada de uma grande parte de menores desta cidade, na maioria pequenos desclassificados , sem pais nem tutores, aos joguetes de uma permissão criminosa que os conduz pouco a pouco á nulidade moral e física, e que os botará amanhã, fatalmente, á margem da vida como indesejáveis elementos nocivos á sociedade.”¹²

A cidade há muito ansiava por colocar em prática o discurso moderno da filantropia, no qual as autoridades locais buscavam encontrar soluções, que fossem benéficas para a população. A cidade apresentou como solução para essa assepsia social, entidades de caráter filantrópico e caridoso, representativas da classe dominante, dispostas a gerenciar empreendimentos que beneficiaria a coletividade.

Surgia assim, a proposta de construção de uma casa que representasse o lar para esses menores, que lhes conferisse a boa educação. Uma alternativa, evidenciados pelo discurso local, como “(...) numa casa de recolhimento dessas crianças, afastando-as dos meios prejudiciais e encaminhando-as a educação sadia de estabelecimento regenerador¹³”. Surgia o ideal, da construção do orfanato Amparo de Menores de Uberlândia Patronato Buriti, sob o patrocínio de Rotary Club de Uberlândia.

Essa denominação de Patronato¹⁴ foi usual para um período histórico em que a preparação para o trabalho estava intimamente ligada á moralização da sociedade e sua adequação as necessidades sociais da época. O Patronato tinha por objetivo proporcionar aos

¹² O Jornal O Reporter, Uberlândia, MG, 1935, p.1.

¹³ Patronato de Menores, O Reporter, Uberlândia, M.G, 1943, p. 1.

¹⁴ Segundo o dicionário Larousse Cultural, a etimologia desta palavra é significativa de “autoridade de patrão, proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior, sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar á vida social os ex-condenados ou libertos condicionais, organização destinada a zelar pela infância abandonada, local onde essas sociedades têm sede”.(2000, p. 697).

menores pobres recursos para o ensino primário; auxiliar os juizes de órfãos no amparo e proteção aos menores, material e moralmente abandonados.

Oficialmente, as instalações do Patronato Buriti de Uberlândia foram inauguradas no dia 4 de maio de 1948, pelo então presidente da Republica, General Eurico Gaspar Dutra, acompanhado por uma comitiva composta pelo Governador de Minas, Milton Soares Campos, pelo vice-presidente do senado, Adroaldo Mesquita, pelo ministro da agricultura e por Pereira Lira, chefe da casa civil. Se a instituição ainda estivesse em atividade estaria completando 61 anos, entretanto, ela foi desativada em 1986.

O Patronato situava-se as margens da rodovia Uberlândia-Araguari, a cerca de nove quilômetros de Uberlândia, a direita de quem vai para Araguari. Na medida em que se aproximava do local, as pessoas notavam os eucaliptos e um grande telhado de um enorme casarão, uma colina com gramas, e muitas plantações. Tratava-se de um lugar, o qual começou com todas as dificuldades da realização de um grande sonho: construir o Patronato para abrigar esses menores era tornar realidade uma possibilidade de oferecer aos inúmeros jovens uma nova perspectiva de ter um futuro.

A idéia nasceu dentro do “*Rotary Clube*”, que num primeiro momento se fixou em criar uma Casa da Criança. No dia 18 de novembro de 1938, foi fundada a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE UBERLÂNDIA, encarregada desse empreendimento. No entanto, essa sociedade fracassou. Em 1942, novamente o ROTARY CLUBE, volta a cogitar a realização de uma obra que acolhesse crianças abandonadas, mais ainda era apenas possibilidades, tendo antes transitado por algumas obras de assistência á infância, como a MERENDA ESCOLAR, e o NATAL das crianças.

Segundo uma reportagem do jornal correio de Uberlândia, do dia 12 de fevereiro de 1943, o Rotary Clube de Uberlândia, realizava uma reunião comemorativa do seu 7º aniversário, onde o então juiz de direito da Comarca, Helvécio Rosemburg, faria uma palestra na qual pautaria o assunto sobre a criação do Patronato de Menores. Encontravam-se no local várias autoridades da cidade, o Dr. Helvécio, considerado uma personalidade afeita aos empreendimentos de caráter filantrópico e caridoso cidadão, fez segundo os presentes, um discurso reflexivo, sobre os compromissos da sociedade para com esses menores, que seriam os cidadãos de amanhã.

.”Entre os meus ideais, como juiz, que vêm de longe e que se inflamam de esperanças, sobreleva o pensamento de proteção eficaz aos menores moralmente abandonados e transviados, afim de que eles

achem o bom caminho e se convertam em elementos aproveitáveis e úteis ao funcionamento do mecanismo nacional”,¹⁵

Os jornais e meios de comunicação da cidade comentavam o discurso do Dr. Helvécio, a criação da instituição, precisava ser coerente com as necessidades dessas crianças. Deveria oferecer uma educação para a vida, o abrigo deveria acolher crianças que por inúmeras razões haviam sido abandonadas por suas famílias, ou se encontravam em situações de mendicância e risco nas ruas de Uberlândia.

No discurso do Dr. Helvécio, ele salientava a criação de uma instituição que protegesse o menor e o preparasse para uma vida adulta digna, oferecendo-lhe educação e amparo até que atingisse a maioridade. O lugar deveria reproduzir um “*lar*”, seria uma proposta educativa, diferente de um sistema prisional, o internamento não deveria impor o isolamento da família, seria de suma importância o intercâmbio com os familiares, e com pessoas amigas.

Alguns modelos de sistema foram citados pelo magistrado, tal como a “*Colônia Gutierrez*” na Argentina, que os menores eram analisados, classificados e preparados, de acordo com suas necessidades e idade psicológica, e destinados a aprendizagem de um ofício ou à agricultura, também eram matriculados no ensino regular.

Outros exemplos também foram mencionados, como, a “*colônia Suarez*”, no Uruguai e o “*Instituto João Pinheiro*” em Belo Horizonte, esse seria tomado como paradigma. Seria construído em pavilhões, e seria dirigido por um professor ou mestre, esse deveria residir com sua família, dando uma noção de uma vida familiar. Num discurso patriótico e humanitário, contando com o apoio da imprensa local, iniciava-se uma campanha para angariar fundos para a construção do patronato, para alguns talvez fosse a “*higienização*”, das ruas de Uberlândia, mas para muitos outros era a oportunidade de dias melhores e de um futuro.

As principais personalidades da cidade apoiaram a iniciativa com doações em dinheiro para a construção da instituição. O jornal local, no dia 01 de setembro de 1943, trazia a manchete de que, “até o dia 28 de agosto de 1943, o total arrecadado era de R\$30.000,00”. Ainda um valor pequeno diante da empreitada, mas que era apenas o início do compromisso firmado pelo Dr. Helvécio e o Rotary Clube com a cidade de Uberlândia.

A planta da construção foi elaborada pelo então engenheiro Dr. Luiz Rocha e Silva e foi orçada em 300 mil cruzeiros, os quais 200 mil já tinham sido doados, por inúmeras

¹⁵ Palestra do juiz Helvécio Rosemburg. Jornal correio de Uberlândia, 14 de fevereiro de 1943.

pessoas e instituições que se viram envolvidas pelo desejo do projeto humanitário do Dr. Helvécio. O terreno foi cedido para o Rotary de Uberlândia, em forma de comodato por quarenta anos, que posteriormente seria renovado. As obras tiveram início no fim do ano de 1943.

O estabelecimento deveria adotar um sistema misto agrícola e industrial. Num primeiro momento, ensejou-se que os padres salesianos fossem os responsáveis pela direção interna da instituição, cuja missão seria regenerar jovens delinquentes.

Desde a idéia da criação do Patronato até sua construção e inauguração, foram inúmeros solenidades e discursos realizados em prol do projeto. Seu idealizador, Dr. Helvécio, procurava realizar um trabalho digno, apresentando relatórios periódicos dos gastos feitos com a construção, e que eram noticiados pela imprensa local.¹⁶

Quando o Rotary convidou o Juiz de direito Dr. Helvécio para ficar a frente da construção da instituição, tinha a intenção de evitar especulações de caráter religioso.

Quadro I: Balanço Geral das Despesas Patronato de Menores de Uberlândia

RECEITA	CR\$	DESPESAS	
Contribuição	116.082,00	Empregados	46.840,30
Subvenção prefeitura	10.000,00	Tijolos	11.300,00
Renda da Fazenda	12.000,00	Cimento	2.760,00
Banco Mineiro da Produção	6.211,60	Madeira	43.390,50
Donativos (festejos)	43.320,00	Telhas	11.084,20

FONTE: Jornal Correio de Uberlândia, 30 de julho de 1946, nº. 1968.

Foi constituída uma comissão composta pelos senhores, Afrânio Rodrigues da Cunha, José Rodrigues Cró Filho, Pedro Castroviejo, Messias Pedreiro, e Cyro Avelino Franco, com a incumbência de analisar a exatidão de todos os lançamentos e comprovantes de entradas e saídas de dinheiro para a construção do Patronato de Menores e, segundo documentação apresentada pelo Dr. Helvécio, a comissão e os Rotarianos estavam satisfeitos com o projeto em andamento.

¹⁶ Balanço geral Patronato de Menores de Uberlândia, disponível no jornal correio de Uberlândia, 30 de julho de 1946, nº. 1968.

A instituição de amparo de menores era uma organização filantrópica, que necessitava do apoio da população para que fosse concretizada a intenção de amparar a infância que trilhava por caminhos contrários as leis. As terras destinadas ao aprendizado agrícola, tais como a pomicultura e horticultura, além de oferecer ocupação aos internos, seria também uma espécie de celeiro para suprir o abastecimento da população interna da instituição.

Os discursos dos idealizadores argumentavam que a instituição era de fim meramente cristão e patriótico. Assim, o orfanato se tornava o lar para muitos menores órfãos e a sociedade local não teria como se furtar a creditar os louros a quem idealizou e realizou o projeto. Inúmeros eram os planos para o Patronato, não deveria apenas abrigar essas crianças, mas ter estrutura para educá-las para a vida em sociedade, deveria comportar uma biblioteca, oficinas de aprendizagem, e campos para a prática de esportes, e ainda uma banda de música para alegrar os espíritos dos que ali vivessem.

A imprensa local se desdobrava em ressaltar os preceitos morais aos quais o Patronato se apoiava. Nesse discurso, buscava-se apoio diante da sociedade civil para o término da instituição. Várias campanhas foram realizadas para aquisição de utensílios e móveis, as pessoas que fossem procuradas para tal fim deveriam receber com entusiasmo o apelo, pois estavam colaborando com a educação dos futuros cidadãos de Uberlândia. Esse era o discurso das autoridades daquela época.

A população segue em marcha com doações para o Patronato, a imprensa estampa em suas colunas os nomes daqueles que colaboravam, desde um lençol até uma cama, nem uma única voz se levantava contra os idealizadores daquele sonho, ou talvez quem sabe, daquela “higienização” das ruas da cidade.

Em cada palavra noticiada no jornal daqueles dias, sobretudo do Correio de Uberlândia, os indivíduos eram convidados a contribuir como responsáveis diretos por aqueles que a sorte haviam lhes subtraído o lar. As mulheres eram chamadas em seu sentimento materno a serem mães de coração daquelas crianças, através de doações de todo o tipo.

Por isso o jornal da cidade fazia questão de estampar em suas páginas os nomes dos doadores, enaltecendo seus gestos de amor e devotamento para com aqueles a quem a sorte havia abandonado. Assim no quadro II a seguir, descrevem as doações que o patronato recebeu em 1946.

Quadro II: Doações feitas pela população de Uberlândia ao Patronato de Menores de Uberlândia

Nome do Doador	Objeto Doador
Orestina Resende	01 cobertor
Viúva Galeano Torrano	04 colchões
Marden Pavam	02 enxadas
Maria José	01 cama

FONTE : Jornal Correio de Uberlândia, 14 de novembro, 1946.

A população procurava ajudar como podia, a equipar o orfanato, para que pudesse receber, aqueles a quem os meios de comunicação, descreviam como crianças abandonadas. O então prefeito da cidade, Cleanto Vieira Gonçalves, em uma entrevista concedida ao Jornal Correio afirmou que o município recebeu uma quantia bastante significativa, um milhão e quinhentos mil cruzeiros do governo federal para ser destinada a construção do patronato¹⁷.

Aquele era um momento político e econômico importante para a cidade, muitas obras estavam em andamento, como a construções da ponte sobre o rio Uberabinha e as obras no aeroporto. O clima político fervilhava, dando sinais de que a cidade se expandia, sendo necessário responder aos anseios da sociedade, dentre eles o problema dos menores que se acumulavam nas ruas de Uberlândia. Várias entidades da época como “Mocidade Livre”, órgão da União dos Estudantes de Uberlândia (U.E. U), se colocavam a disposição do Rotary Clube, apoiando a conclusão do Patronato, como noticia o Jornal da cidade¹⁸.

Simultaneamente a construção do Patronato, desencadeava-se também, as discussões sobre o estatuto da fundação de amparo aos menores¹⁹. Para tanto, foi realizada, no dia 27 de maio, uma reunião presidida pelo prefeito, com a presença de varias autoridades locais, para deliberar sobre as regras e normas que direcionariam os trabalhos da fundação. O Anteprojeto aprovado continha sete capítulos, que se subdividiam na seguinte disposição, como mostra o quadro seguinte:

¹⁷ Jornal Correio de Uberlândia, 21 de maio de 1947, nº2. 157.

¹⁸ Jornal Correio de Uberlândia, 22 de Janeiro de 1947, nº 2079.

¹⁹ “Anteprojeto de Estatutos” Fundação de amparo aos menores, Jornal Correio de Uberlândia, 27 de maio de 1947, nº. 2.160.

Quadro III: Regras e Normas da Fundação Patronato Buritis

Capítulo Primeiro	Da fundação e seus Fins
Capítulo Segundo	Do Patrimônio
Capítulo Terceiro	Dos Sócios sua admissão e sua Eliminação
Capítulo Quarto	Da Assembleia Geral
Capítulo Quinto	Do Conselho Deliberativo
Capítulo Sexto	Das Disposições Gerais
Capítulo Sétimo	Das Disposições Transitórias

FONTE: Rotary Clube de Uberlândia.(2010)

Logo no primeiro capítulo ficava definido que o abrigo estava destinado aos pobres, desamparados e delinqüentes, a critério do ministério publico²⁰, sendo possível, pela sua leitura, traçar um esboço sobre a clientela que seria abrigada no orfanato.

No dia 31 de maio de 1947, tomava posse o primeiro conselho da Fundação de Amparo de Menores, Patronato Buriti, nomeada pelo então prefeito Cleanto Vieira Gonçalves. Segundo o discurso proferido por ele a fundação seria o modelo a ser seguido por quantas outras viessem a ser criadas posteriormente. O conselho era composto por quinze membros efetivos e quinze suplentes.

A cerimônia de posse nos cargos, realizada na Prefeitura local, contou com as presenças de dezenas de autoridades. No ato, foi lida a escritura de doação feita pela municipalidade à fundação, ressaltando-se que através dos esforços conjuntos do Dr. Helvécio e do Rotary Club se tornava realidade o sonho de um lar para quem a vida havia lhe subtraído esse direito.

Dentre os primeiros conselheiros nomeados figuravam nomes ilustres, como, Monsenhor Eduardo Antônio dos Santos, Luiz de Freitas Costa, Alexandrino Garcia Boulanger e tantos outros. A instituição era considerada uma das maiores obras de assistência de todo o interior, por isso, deveria se preparar para receber menores abandonados, pobres ou considerados vítimas de desestrutura familiar, objetivando junto aos mesmos um trabalho de recuperação social.

O orfanato deveria ensinar o sentido da formação cívica, moral e intelectual para aqueles que seriam os cidadãos de amanhã. Esse sempre era o discurso das autoridades que idealizaram e construíram a instituição. De início iria contar com o patrimônio que fora entregue pela prefeitura e a quantia conseguida pela União Democrática local, dos governos

²⁰ - idem.

do estado e Federal.

A reunião mais uma vez foi encerrada com a palavra do ilustre prefeito, ao qual lembrou o nome do digno magistrado Dr. Helvécio Rosemburg e os devidos agradecimentos ao povo uberlandense. O funcionamento do orfanato seria o início de uma nova era no município no que se referia a assistência social. Ressaltava-se que não se estava desmerecendo o que já havia sido realizado, apenas que o momento exigia novas perspectivas que fossem capazes de responder as necessidades da sociedade, e sobretudo da criança carente. A população e as autoridades de Uberlândia esperavam encontrar no abrigo a solução para aqueles que perambulavam pelas ruas da cidade, causando desde “desconforto” na consciência, como também perigo a ordem social.

Várias foram às parcerias buscadas para a construção do abrigo. O então prefeito, Cleanto Vieira Gonçalves, por inúmeras vezes se deslocou até a capital do Estado, Belo Horizonte, para buscar doações. Numa entrevista do prefeito ao Jornal local de Uberlândia²¹ ele menciona a boa vontade do Sr. Milton Campos a nossa cidade, quando de uma doação do governo Federal, destinada a serviços de assistência no Estado de Minas Gerais, seria destinado ao Patronato o valor de quinhentos mil cruzeiros, o bastante para uma excelente arrancada no projeto após a inauguração do abrigo.

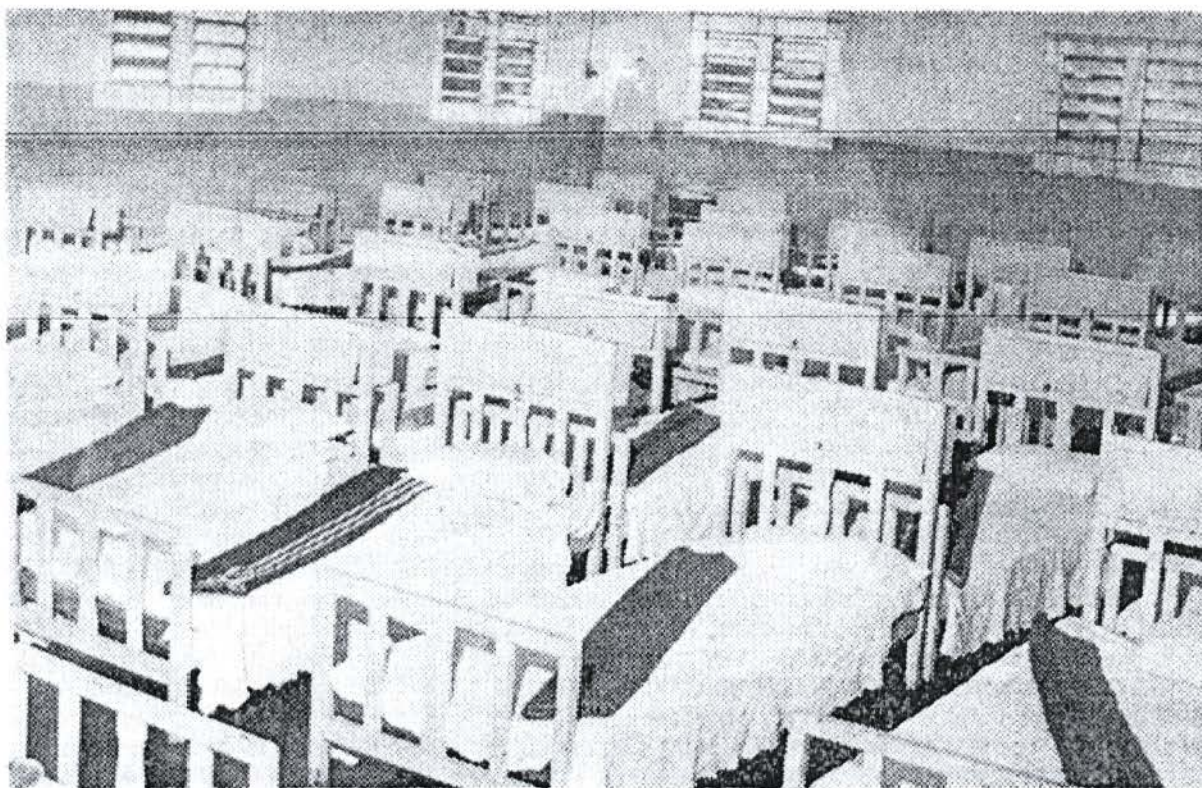
No dia 02 de junho de 1947, tomava posse a primeira diretoria da fundação. Esse conselho ficou assim dividido: presidente, vice-presidente, tesoureiro, e secretário. Deliberou-se também como já havia sido discutido, que os mesmos deveriam entrar em contato com uma entidade religiosa católica para administrar a educação das crianças a serem recolhidas. E também buscar os conhecimentos de um engenheiro agrônomo para avaliar o solo e atestar sobre as possibilidades de se produzir hortaliças para o auto sustento e, em um futuro próximo, para a comercialização.

Após a conclusão do abrigo, na disposição das instalações constavam dois pavilhões de dormitórios e sanitários, com uma divisão para um salão para as refeições. Com os anos foram sendo construídas outras dependências, salão para recreações, a sala do gabinete do gerente, posteriormente também foram construídos sala de atendimento médico e odontológico e uma capela para as missas uma vez por mês, salas de aula, rouparia e lavanderia. O dormitório era “grande vão coletivo,” no qual estavam dispostas diversas camas devidamente forradas com lençóis brancos. Nas paredes de todos os lados tinham grandes janelas com vidros, que possibilitavam a incidência dos raios do sol desde a alvorada até

²¹ Jornal Correio de Uberlândia, 21 de maio de 1947, nº. 2157.

quase o entardecer. Sendo este um aspecto importante para a manutenção da salubridade do dormitório, pois a iluminação e aquecimento solar eram recomendados para evitar a proliferação de doenças. O salão do refeitório era mobilhado com mesas de madeira retangulares com capacidade para 06 pessoas, a preparação da primeira alimentação começava antes do dia clarear.

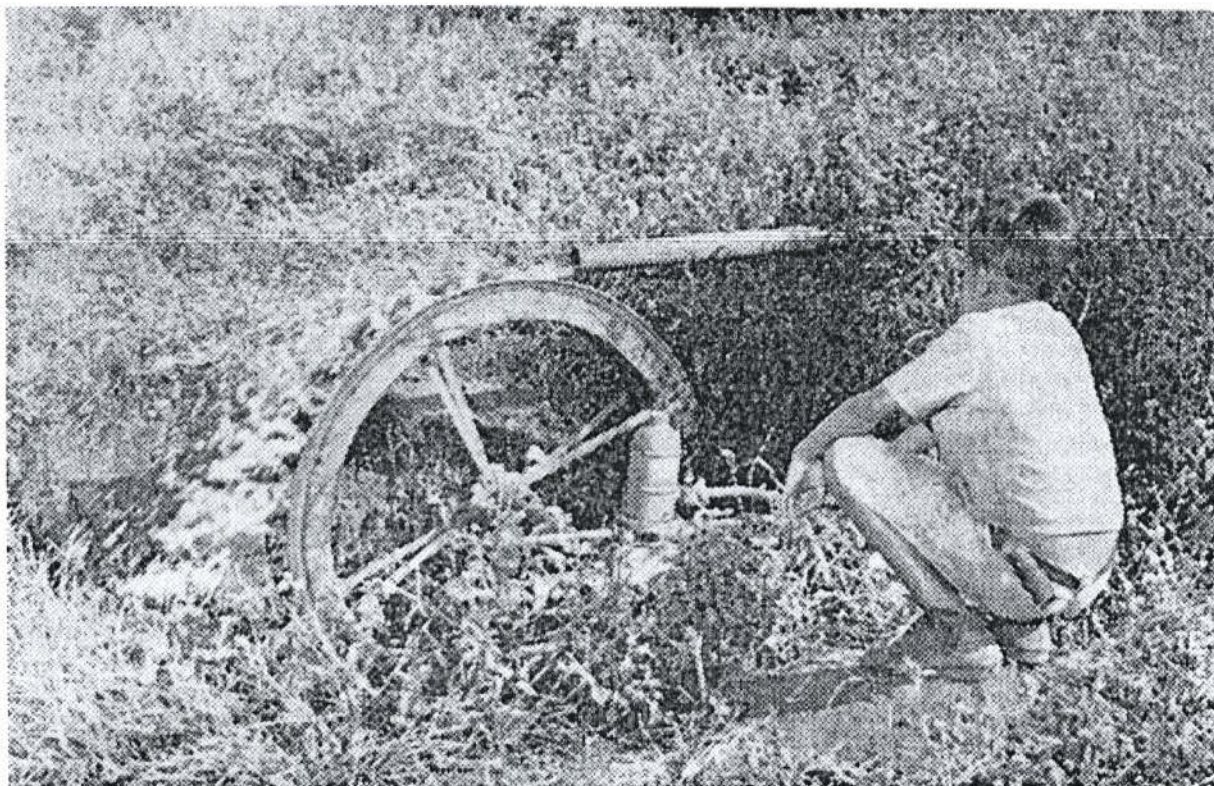
Foto 1: Foto do dormitório, acervo particular do Sr. Sebastião Moreira



FONTE: Patronato Buritis (2010)

A água e o serviço de esgoto foram dois fatores essenciais para a manutenção das condições sanitárias do internato. A água era captada de uma mina na fazenda do Sr. Zacarias Junqueira, através de bomba, e elevada para os reservatórios. As instalações sanitárias (banheiros e latrinas) eram providas de água encanada e ficavam em um local específico do edifício-internato próximo ao dormitório. A rouparia servia para receber as roupas sujas que seriam lavadas e guardar as já lavadas. Tinham prateleiras enumeradas onde a funcionária colocava as roupas lavadas e passadas. Todos os internos passavam a ser identificados por números em seus pertences.

Foto 2 : Bomba d'água para o abastecimento.



Inicialmente as atividades seriam apenas agrícolas, entretanto, posteriormente além desse aprendizado, às crianças de acordo com a idade, deveriam freqüentar oficinas, como carpintaria, sapatarias e outras assemelhadas. Na Escola receberiam instrução correspondente a fase primária, de acordo com o ensino escolar do período. Foi também discutido a possibilidade das crianças da zona rural próximo ao Patronato freqüentarem as aulas, objetivando suprir a falta de escolas nas proximidades.

Se antes da construção a população era chamada a doar utensílios, esse apelo não cessou com o fim da construção das alas principais, pois se almejava ainda ter um pomar, uma pocilga e um curral. Então, novamente, os meios de comunicação buscavam junto aos uberlandenses a doação de mudas de plantas frutíferas, de bezerros, ou mesmo apenas sementes. Tudo que pudesse facilitar o bom desempenho e funcionamento da tão honrosa instituição.

Os idealizadores do Patronato incorporaram ao projeto a concepção idealizada do campo, contraposta à da cidade. Nele estariam às condições possíveis para a recuperação de valores e práticas idealizadas como pertencentes ao ser socialmente útil. Sua efetivação

significou medidas concretas que demarcaram a tentativa de retirada do problema da infância pobre da órbita da polícia.

Em março de 1948, a diretoria da Fundação de Amparo Patronato Buriti comunicava as autoridades e a imprensa sobre a abertura das inscrições para o internamento das primeiras crianças. Nesse primeiro ano seria recebida uma quantidade pequena de crianças, aproximadamente trinta internos, segundo o professor Oliverio Rolim, do Instituto João Pinheiro, o técnico estadual que esteve na cidade para essas orientações, partindo-se do entendimento de que, além das adaptações das instalações físicas, era necessário preparar os instrutores.

A imprensa local trazia no dia 11 de maio de 1948 as notícias de que o Patronato recebia a primeira turma de crianças. Eram dezesseis, variando as idades entre sete e quatorze anos. O Patronato não se classificava como um reformatório, mas sim, como um estabelecimento de ensino e assistência ao menor desamparado. Evidentemente quando a criança chegava, percebia as diferenças por ter que cumprir agora normas e regras, que anteriormente não eram necessárias, o que levavam alguns a entender a entidade como uma casa de repressão. Entretanto a instituição procura apenas educar para a vida em sociedade.

Na imaginação de alguns o Patronato seria um lugar para onde alguns pais levariam seus filhos no intuito de aliviar as despesas, ou até mesmo para não ter preocupações com os mesmos. No entanto, não era tão fácil internar no Patronato, era necessário passar por uma triagem rigorosa para averiguar as reais necessidades do acolhimento das crianças. Caso os Pais dispusessem de meios para sustentar os filhos, ou por outros motivos viesse a contrariar as normas estipuladas pela Fundação de Amparo aos Menores do Buriti, o pedido era imediatamente recusado.

Para ter direito a desfrutar da instituição os pais ou responsáveis pelos alunos deveriam atestar sua pobreza e idoneidade, mostrando claramente a que parcela da população era destinada essa escola e também qual perfil daqueles que nela poderiam ingressar, ou seja, crianças órfãos, pobres e de boa conduta.

Através dos poucos documentos que foi-nos possível consultar da instituição pesquisada, a lista dos primeiros internos matriculados que chegaram ao Patronato foram:

Quadro III: Relação de meninos que residiam no Patronato Buritis

Orlandino Elias Martins
Abadio Elias Martins
João Fernandes Veloso
Edson de Oliveira
Antônio Teixeira
Alaide Elias Martins
José Moreira
Nercide Elias Martins
Antônio Mendes
Melquiades Elias Martins
Pedro da Silva Oliveira
Eurípedes Romão da Silva
João Ferreira
N. Mendes
Ondino Pinheiro
David Fernandes

FONTE: Rotary Club de Uberlândia²²

É possível perceber que em alguns sobrenomes, parecem fazer parte de uma mesma família. Segundo a reportagem citada, alguns eram irmãos, e até os que não foram para serem internados, pediram à mãe para ficar.

O Patronato desde sua construção, continuou crescendo, recebia ainda muitas doações de pessoas ilustres da cidade, da Federação do Estado e da Prefeitura. Sua direção, em parceria com o Rotary, sempre promovia eventos festivos com sorteios de brindes no intuito de angariar fundos para as melhorias almejadas, pois o sonho da instituição era que no futuro fosse capaz de auto sustentar-se.

As festividades realizadas no Patronato, além de fundos para a manutenção, tinham como objetivo, também, o divertimento para as crianças que lá viviam. Em junho de 1948,

²² Publicado no Jornal Correio de Uberlândia, 11 de maio de 1948, nº 2398.

realizava-se a primeira festa de São João no Patronato²³. No mesmo ano, no mês das crianças, foram realizadas muitas brincadeiras, foi, também, promovida a visita dos escoteiros de Toribaté e uma missa campal, realizada pelo Monsenhor Eduardo Antônio dos Santos. Como foi noticiado, tudo isso regado com muito carinho e apreço por parte dos que participaram e organizaram²⁴ as comemorações.

O Patronato de Uberlândia não pode ser considerado pioneiro nessa política de assistência ao menos, pois já existia pelo Brasil afora outras iniciativas. Dentre elas, o Instituto João Pinheiro, em Belo Horizonte, a Casa do Pequeno Jornaleiro, fundada pelo já falecido Monsenhor Artur de Oliveira, e tantas outras.

Entretanto, não se pode apagar ou ignorar o significado histórico e social da construção do abrigo Patronato Buriti, considerado, na época, o lar para dezenas de centenas de crianças que por lá passaram e tiveram uma nova perspectiva de vida. A instituição desde sua inauguração teve em sua direção pessoas ilustres da cidade de Uberlândia, dentre elas, Boulanger Fonseca e Silva, presidente do Uberlândia Esporte Clube, Geraldo Migliorini, Benedito Modesto de Sousa, Odilon Custódio Pereira, Afonso Guimaraes Savastano e tantos outros.

A cada ano o Patronato crescia mais um pouquinho, melhorava suas instalações e a assistência dispensada aos internos. Passou a oferecer assistência médica e odontológica aos alunos e funcionários que ali residiam ou trabalhavam na instituição.

Posteriormente, veio à realização do projeto da horta, e do pomar, que, além de produzir para o sustento da entidade, possibilitava a comercialização do excedente no comércio da cidade, o que contribuía para que, aos poucos, a entidade aumentasse a sua independência financeira. Nessa mesma direção, o maior sustentáculo.

Veio alguns anos depois, com a inauguração da fábrica de telas, que, segundo Nicanor²⁵, teve a primeira máquina experimental, ainda de madeira e lubrificada com sabão, alguns anos depois modernizada.

²³ Acervo particular de ex-rotariana com reportagens catalogadas do ano de 1948.

²⁴ Idem.

²⁵ Viveu na instituição por nove anos, foi o primeiro ajudante na fábrica de telas, e posteriormente fez parte da diretoria.

Foto 3: Fabrica de telas, o sustentáculo da instituição.

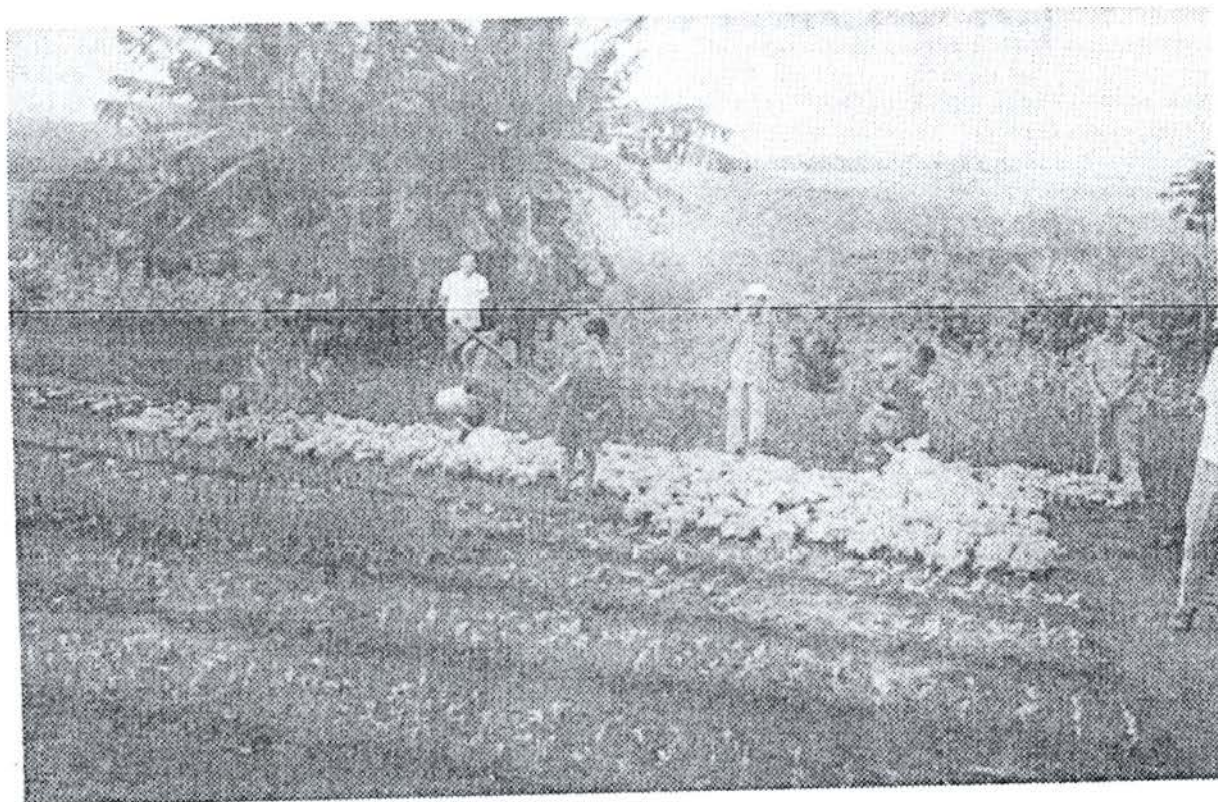


FONTE: Patronato Buritis (2010)

A fabrica produzia e comercializava grande quantidade de telas, a produção era desempenhada pelos próprios internos. Funcionavam em três turnos com cinquenta alunos, chegou a produzir 2.000 metros de tela de arame mensais²⁶. Os internos trabalhavam e recebiam seus salários, e parte dos rendimentos a administração depositava para os mesmos numa poupança. Ainda nessa linha dos investimentos, logo depois, começaram a funcionar a suinocultura, a criação de gado para produzir leite e uma granja, que fornecia aves também para o consumo interno.

²⁶ idem

Foto 4: Horta garante o sustento, foto de 1973.



FONTE: Patronato Buritis (2010)

Segundo os depoentes, na instituição tinha uma rotina com horários rígidos que deveriam ser cumpridos, sendo que o dia começava com a alvorada. Essa rotina era organizada de modo a contemplar quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche, e jantar); o cumprimento das atividades, pois todos trabalhavam, seja na horta, no curral ou na jardinagem.

Embora se considerasse como mais importante aprender algum ofício, mas os meninos também tinham momentos para as recreações. Foi construído um campo de futebol e uma piscina para os internos; existiam três categorias de futebol, uma principal, aspirante e dente de leite. Aos domingos eram organizados os campeonatos com outras crianças da cidade, que iam jogar no Patronato. Juntamente com a competição aconteciam as premiações, através de festas beneméritas, bingos para quem ia assistir e lanches especiais para todos que se encontrassem no orfanato.

Está, aí, um pequeno histórico da Fundação de Amparo aos Menores, conhecida como Patronato Buriti. A entidade funcionou durante 42 anos, mas, sua estrutura começou a ser desativada em 1986. Em 1990, quando passou a vigorar o Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA), proibiu-se a internação de menores, exceto aqueles considerados infratores.

O abandono e à ação impiedosa do tempo deterioraram suas instalações. Os prédios, contendo os dormitórios e as salas de aula estavam em ruínas. O cenário do passado, com jardins, bosque, árvores frutíferas, hortas, granjas, campo de futebol, piscina cedeu lugar a um cenário destruído e depredado pelo mato e pelos vândalos. Em 2009, após uma reforma nas instalações, o antigo Patronato Buriti foi transformado na Fazenda Experimental da Epamig. Para quem lá viveu ou trabalhou, restaram como lembranças apenas uns poucos registros, disponíveis no arquivo publico, e, sobretudo, as cenas gravadas na memória.

O capítulo apresentará o perfil dos menores atendidos pelo patronato, fazendo uma análise da convivência deles dentro e fora da instituição.

CAPÍTULO III: OS INTERNOS DO PATRONATO BURITI: ENTRE A CARÊNCIA DO PRESENTE E A EXPECTATIVATIVA DO FUTURO

Numa tentativa de melhor compreender quem eram os internos da instituição Patronato de Menores de Uberlândia, buscamos nesse capítulo descrevê-los em suas trajetórias e vivências dentro e fora da entidade. Para isso, foi necessário percorrer os caminhos por eles trilhados antes e depois da internação, numa tentativa de reconstrução de suas vidas como sujeitos sociais, mesmo quando afastados do seio familiar, pelas inúmeras razões que os levaram a serem “internados” em um orfanato.

Encontramos no orfanato traços de uma filantropia assistencialista, um misto de práticas filantrópicas e caritativas, abrigando inúmeras crianças com histórias distintas, mas, ao mesmo tempo, tão idênticas, que as tornam de estranhas entre si, companheiras de trajetórias.

Para algumas crianças, a convivência longe do seio familiar até se tornou benéfica, levando em consideração o modelo de lar em que viviam antes da internação, pois, algumas eram vítimas de maus tratos dos próprios pais. Os motivos de ingresso na instituição são diversos, podendo ocorrer por determinação do Conselho Tutelar ou da autoridade judiciária.

Segundo Eduardo²⁷, um ex-interno, “...meu pai sempre aparecia na nossa casa, mesmo depois que foi embora, mas apenas me batia”. A criança vítima desse tipo de violência leva essas marcas durante toda a sua vida.

A maioria dos que chegava ao orfanato trazia consigo sentimentos de desamparo, de medo, culpa, e revolta, e sérios problemas de auto-estima. Apesar de algumas não desejarem contato com a família, ainda assim, a instituição não cortava esses vínculos, promovendo dias de visita nos finais de semana, numa tentativa de se restabelecer os laços familiares.

Esses contatos com a família tinham como objetivo evitar que a criança se sentisse totalmente abandonada, além de tratar-se de uma iniciativa que dava a conotação de uma internação provisória no orfanato, alimentando na criança a expectativa de que ainda existia lá fora laços com a sociedade. Mesmo depois de tantos anos de ter vivido no orfanato, Eduardo, ainda, deixa transparecer a falta de carinho por parte de sua família. Indagado sobre as razões que o levaram para lá, ele afirmou: “acho que minha mãe não me queria mais, então me deu pra um juiz.”

²⁷ Em atenção ao pedido de alguns entrevistados, parte dos depoentes será aqui no trabalho identificado por nomes fictícios. Ex-interno da instituição.

Na avaliação dos responsáveis pela administração do orfanato a família cumpria um significativo papel na formação da personalidade das crianças o que interferia diretamente na sua forma de relacionar-se socialmente. Por isso, na ausência desse apoio, os profissionais encontravam dificuldades para promover nos internos o desenvolvimento da auto-estima. Segundo o senhor Sebastião Moreira, um dos responsáveis pela instituição²⁸, “aqueles meninos pareciam ter perdido a noção de si próprios. (...) às vezes eles não desejavam a visita da família, mas traziam consigo todos as influencias que tinham aprendido lá. Pois quando os recebia como internos, não possuíamos uma máquina que os fizesse esquecer suas vivências, suas experiências”.

Para outros internos, a permanência no orfanato significou problemas de convivência social pelo resto de seus dias, sempre encontrando dificuldade em se relacionarem. Embora a entidade dispusesse de um corpo de funcionários para atender as necessidades dos internos, como psicólogos, assistente social e professores, isso não substituíra os atributos de um lar. Na verdade era uma tentativa de se criar condições para que os mesmos se sentissem participantes de uma grande família, com inúmeros “irmãos”. Mas, isso também poderia significar desconsideração em relação às necessidades e diferenças individuais de cada um deles, pois, ao serem mandados para o orfanato perdiam o que acreditavam ter como ponto de referência.

Assim, procurando melhor o seu desempenho, a instituição criava uma rotina coletiva, mesmo que isso pudesse significar esvaziar naquelas crianças o conceito de sujeitos. Ocorre que, apesar de todo esforço por parte dos seus funcionários, o orfanato não conseguia evitar que essas crianças institucionalizadas sentissem falta de afeto, próprio de um ambiente familiar saudável. Como afirma Campos (1984)²⁹, esse vínculo afetivo é algo necessário para as crianças, especialmente no que diz respeito a elaboração e formação de um conceito de si mesmos e do mundo que os cerca.

Diante de tal complexidade, a internação dessas crianças pode ter cumprido o ambíguo papel de recuperar algumas, amedrontar outras, ou, até mesmo, significado um lar para tantas mais, ainda que, para algumas, pode ter significado, também, a supressão da intimidade e individualidade. Quando internadas por longos períodos, como é o caso da maioria que viveu no Patronato, algumas acabavam se sentindo como parte da instituição. No entanto, isso não

²⁸ Sebastião Moreira, gerente da instituição por mais de 30 anos, era como um chefe de núcleo. Residia com a esposa no orfanato. Também foi interno no Instituto João Pinheiro.

²⁹ Campos, A.V.D. de S. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. P.195.

as impedia de, também, desenvolver sentimentos de apatia ou acomodação em relação à situação. Mas, isso não pode ser considerado regra, pois, podia se encontrar lá, também, crianças vivazes e ativas, cheia de sonhos e planos para quando de lá se fossem.

O Patronato era uma instituição que tinha como objetivo dar apoio, proteção e educação a toda criança em situação de risco ou vulnerabilidade social. Durante todo o período de seu funcionamento, salvo nos primeiros meses de inauguração quando recebeu os primeiros internos, o número deles aumentava a cada dia.

Lá sempre se encontravam em média 100 internos permanentes. Sua capacidade comportava um número de 120 crianças, mas, em alguns períodos, lá estiveram abrigados 123. Dessas crianças todas freqüentavam a escola da instituição, que oferecia o ensino primário. Para darem sequência aos estudos, era oferecido transporte até o colégio mais próximo, dentro da cidade de Uberlândia. Existiam, ainda, aqueles que, mesmo completando 18 anos, não iam embora, e ficavam morando fora dos pavilhões. Estes, não sentiam vontade de deixar o orfanato, ou não tinham para onde ir, ou se sentiam já em “casa”.

Conforme relata José, que viveu no abrigo junto com outro irmão³⁰ “*ir embora porquê*”? Sempre viveu lá, foi a família que teve durante anos, e mesmo que voltasse a viver com a mãe, com os anos de separação se tornaram estranhos um para o outro.

Na verdade, como ele mesmo relata, “*nunca entendi as razões de a minha mãe ter me internado lá, pois se ficou com minhas duas irmãs, poderia também ter ficado comigo.*”³¹ Segundo Campos, quando esses menores atingem a maioridade, ter que deixar a instituição significa, para muitos, uma maneira de se sentirem duplamente rejeitados, posto que, não podem mais permanecer onde conhecem e não se sentem preparados para viverem lá fora, (Campos, 1984)³².

Quando conversamos com esses ex-internos, hoje adultos, não podemos deixar de pensar o que significou na sua formação como seres humanos, na formação de seus valores morais, como sujeitos sociais, todas essas questões e dúvidas sobre os caminhos que os levaram a viverem grande parte de suas vidas num internato.

Através de recortes tentamos remontar o período de funcionamento da instituição de 1948 à 1986, quando foi desativada, e consequentemente, traçarem um perfil das crianças que eram mandadas para internação. Tal exercício foi extremamente difícil. Inicialmente,

³⁰ Chegou ao abrigo com Oito anos, viveu lá após a maioridade, por mais 10 anos, mesmo tendo mãe residindo na cidade de Uberlândia.

³¹ Idem.

³² Campos, A.V.D. de S. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. P.134.

tínhamos desenhado em nossa mente que para se internar num orfanato uma criança por longos anos, a mesma deveria ser órfã. No entanto, segundo dados de documentação disponível no Rotary e entrevistas com ex-funcionários que atuaram na época, a maioria das crianças que lá chegavam tinham família, inclusive, pai ou mãe, sendo o número de órfãos ou abandonados muito pequeno.

A noção da qual partimos sobre menor abandonado ou em condições de risco, baseava-se no Código de 1927³³, que definia o termo “situação irregular”. Ele era o paradigma para definir o que era considerado um menor abandonado ou infrator. Em 1990 quando passou a vigorar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tornou-se proibida a internação de menores que não fossem infratores, o que, dentro do modelo vigente, essa foi uma das razões pela desativação da instituição. O ECA trouxe outra perspectiva, inaugurando um novo olhar sobre essa clientela e sobre essas famílias. Ele chegou descrevendo “medidas de proteção” e “garantia de direitos”, abrindo a possibilidade de olhar para essas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Eduardo (ex-interno), quando questionado se havia cometido algum crime para ser mandado ao abrigo, respondeu que “tinha quebrado vidraças jogando bola na rua.” Tal discurso apenas reforça a distinção nos conceitos de menor infrator ao longo da história. Hoje, ao assistirmos aos noticiários na grande maioria dos casos envolvendo menores, o mesmo cometeu até assassinatos. Essa noção de menor e infração sofreu muitas modificações ao longo dos anos.

Segundo Rizzini³⁴ (1993), Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos, conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral, e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, e tem pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas. (Rizzini, 1993: 96).

³³ O art. 2º deste Código dispõe que está em “situação irregular” o menor: I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis, b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para promovê-las, II- Vitima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis, III- Em perigo moral devido a : a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes, b) exploração em atividade contrária aos bons costumes, IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsáveis, V: com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária, VI – autor de infração penal.

³⁴ Rizzini, Irene, **A criança no Brasil hoje – desafio para o terceiro milênio** – RJ: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

Quando problematizamos essa discussão a respeito desse menor que viveu abrigado em instituições, encontramos em diferentes bibliografias, tais como Elizabeth Piemonte³⁵ (2000), diferentes maneiras de se debruçar sobre a questão. Segundo essa autora, a instituição ao tratar os internos num mesmo plano compromete suas necessidades individuais, e a construção de sua identidade. Porém, na fala dos meninos que viveram durante anos na entidade objeto deste estudo, encontramos características que fogem a essa suposta regra. José³⁶ se sentia como membro de uma grande família, claro que havia hostilidade entre alguns, como existe em qualquer família com muitos filhos, mas sempre encontravam um consenso, mesmo que os responsáveis tivessem que mediar esses conflitos, como acontece entre irmãos consanguíneos.

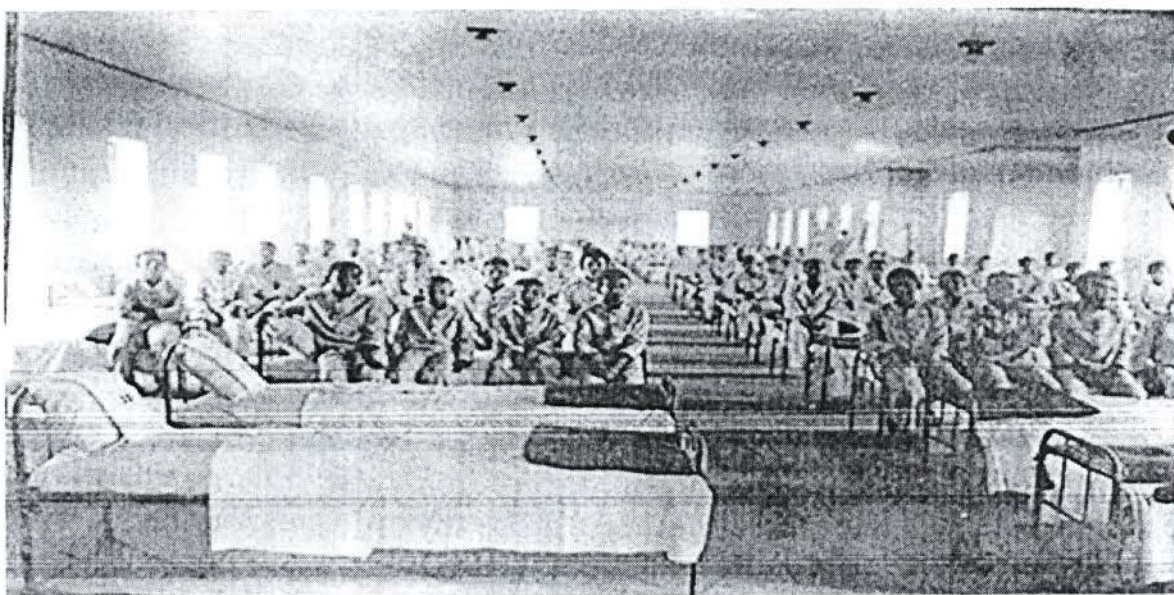


Foto do dormitório do Patronato Buriti, acervo particular Sr. Sebastião. Ano, 1978.

No que diz respeito às atividades cotidianas, desenvolvidas pelos internos do Patronato Buriti, através de acervos iconográficos de ex-alunos da instituição e por meio de entrevistas, foi possível identificarmos alguns procedimentos. Eles levantavam às 5h da manhã e faziam todas as atividades de higiene pessoal e das instalações. Todos tinham tarefas a cumprir que lhes eram destinadas com rigidez pelo gerente, no caso o Sr. Sebastião, que orientava e organizava todas as atividades. Eram também aplicados castigos disciplinares caso houvesse desobediência. Essa combinação entre educação e disciplina, embora vigente no

³⁵ Constantino, Elizabeth Piemonte, **Meninos Institucionalizados: a construção de um caminho** – São Paulo : Editora Arte e Ciência , 2000.

³⁶ Aqui também é um nome fictício, ex interno do Patronato..

regime patronal, era vista de diferentes maneiras: para alguns era sinônimo de serem preparados para a vida em sociedade, para outros eram oprimidos e subjugados. Isso torna impossível para o pesquisador/historiador tentar encontrar uma única verdade para tal embate.

Segundo (Foucault, 1999, p. 119), “tanto mais obediente tanto mais útil”. E talvez esse fosse o paradigma daquele contexto social, criar-se sujeitos sociais “dóceis”, e obedientes, já que quase toda existência da instituição foi durante o regime militar. Acreditava-se que a internação e o trabalho disciplinado, resultariam na recomposição da identidade do menor abandonado e infrator³⁷, dentro dos padrões de comportamento aceitáveis pela sociedade brasileira.

Durante os anos de atividade do abrigo, o Brasil vivia momentos de profundas mudanças, políticas e culturais, essas transformações nas condições de vida da infância caminhavam em passos lentos quanto a legalidade que trazia melhorias. É impossível ter uma única visão dessa infância. É preciso considerar que tanto as crianças quanto as suas famílias estavam expostas a situações de extrema violência aos seus direitos. As classes populares de baixa renda tinham poucas opções dentro das políticas públicas que lhes garantissem um espaço na participação da vida social. Não podemos tratar esse fato dos pais não terem muitas opções como algo abstrato, pois isso definia e determinava o destino dessas crianças.

Talvez, para alguns não lhes restassem outro caminho senão internar seus filhos, já que não podiam criá-los. Frequentemente, os funcionários testemunharam cenas em que, após o orfanato receber os menores (Horta garante o sustento, foto de 1973.) seus pais saíam chorando, deixando-os também chorando. Maria Oripa³⁸, viu muitos pais deixarem seus filhos e, ao saírem era como se ficasse lá toda sua alegria, mas diziam que não tinha como criá-los. ...”os meninos às vezes choravam dias, eu tentava consolar, mas ninguém substitui a família.
39 “

A chegada à instituição para a criança representa um momento conflitante, quando a impossibilidade de ficar com a família, é substituída por sua entrega a um lugar onde suas possibilidades serão diferenciadas de tudo que considerava conhecido. Apesar desse quadro, o que percebemos na fala dos entrevistados na maioria das vezes é uma sucessão de abandono. “...a minha mãe não podia me criar, ela precisava cuidar das minhas irmãs, era melhor ir pra o orfanato que ela me dar”...(José). “Ah, por causa de tudo meu pai me batia, e no Patronato eu não apanhava daquele jeito, e tinha amigos, acho que foi melhor assim”...

³⁷ Nessa pesquisa a interpretação de menor infrator era o vigente no período em questão, difere do que concebemos hoje de infração cometida por menores.

³⁸ Trabalhou na instituição como lavadeira por 10 anos, se considera parte daquela história.

³⁹ idem

(Eduardo ex inerno).

Assim para alguns, na medida em que o tempo passava o sofrimento da chegada ia dando lugar às interações com o ambiente e com as outras pessoas, sejam os funcionários ou os outros internos. Se os primeiros momentos eram caracterizados por sentimentos de revolta, de vontade de voltar para casa, de viver em família, com os meses e depois com os anos, isso ia se transformando em reconhecimento de que a vida ali também podia ser boa. Eram colocados numa rotina programada de atribuições e obrigações, mas existia também o tempo das brincadeiras⁴⁰ e diversão.

Quando fazemos a análise da perda da liberdade e da imposição de uma disciplina rígida, talvez, caímos na tentação de estigmatizar essa criança como sendo suprimida de todos os seus direitos e possibilidades de ser feliz. Entretanto, para muitas delas, existe em contrapartida mudanças substancialmente positiva em suas vidas. Elas percebem-se como tendo mais espaço, boa alimentação, escola, roupa, presentes em termos de recursos, têm na instituição o que não tinham em sua casa. Reconhecem efetivamente os ganhos materiais, as possibilidades educacionais, as interações sociais e relações afetivas, sentindo-se cuidadas, embora, muitas gostariam de estar junto à família.

Portanto, a institucionalização não é necessariamente algo visto como ruim na vida de uma criança, uma vez que também se estabelece laços de afetividade. Pois em muitos casos essa criança mandada ao internato se livra dos riscos que corria na sua própria casa. Por isso, o universo da institucionalização tem representações sociais com diferentes leituras, e nem sempre fáceis de conjugar. Os dados dessa pesquisa, entretanto, negam, ao menos em parte, as imagens negativas que predominam no imaginário social de um local com paredes escuras e instalações insalubres, onde as necessidades das crianças são relegadas a planos secundários. Por outro lado, entretanto, não podemos considerar uma vida longe da família como sendo o sonho da infância, por isso mesmo, não podemos deixar de mencionar que essas instituições são questionáveis quanto ao que se considera como o mais adequado para a formação infantil.

Entretanto, mesmo dentro de várias contradições e estereótipos, as instituições de acolhimento são também entendidas como recursos válidos do sistema de proteção à infância e por muitos anos respondeu as necessidades sociais. Mesmo não significando a solução ideal, talvez, minimizaram o sofrimento de muitas crianças que poderiam ter tido outros caminhos, talvez mais desafortunado do que ter sido criado num orfanato. Nesta perspectiva, não nos

⁴⁰ As brincadeiras típicas de meninos, “pique- esconde” bola, pimbolim, bolinhas de gude, nadar na piscina, Segundo lembranças dos entrevistados.

cabe condenar ou absorver a institucionalização de crianças no Brasil, pois somos uma parte ínfima desse contexto. Como afirma Simell, “em nossa efêmera existência, como célula, só pertencemos como uma parte, não nos cabe acusar ou perdoar, senão compreender”⁴¹.

Vínculos afetivos entre as crianças e os demais habitantes do Patronato

O problema aqui levantado é tentar através de pequenos vestígios de fala dos egressos da instituição compreender e traçar um perfil dos sentimentos por eles desenvolvidos durante o período de internação em relação ao mundo que os cercavam, e os resultados disso em suas vidas depois da saída do abrigo. Deparamo-nos com uma grande lacuna, como a falta de documentação referente às razões das internações e a saída dos mesmos da instituição, já que faz vinte e quatro anos desde a desativação da mesma. Por tais razões buscamos nas entrevistas de campo com ex-internos e ex-funcionários coletar dados que nos permitissem como pesquisador reconstruir esse trajeto de internação e os laços de afinidade, desenvolvidos pelos que lá viveram. Por considerar alguns dados pertinentes a essa compressão, elencamos algumas considerações relativas a esses sujeitos, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro I Dados pessoais de ex-internos do Patronato Buriti.

Ano De nascimento	Ano De admissão	Ano de desligamento	Tempo de internação	Motivo de internação	Emprego atual
1968	1976	1985	09	Falecimento/mãe	Micro empresário
1960	1966	1984	11	Falecimento/pais	Autônomo
1958	1967	1980	13	Falecimento/pais	Autônomo
1967	1973	1983	10	Falecimento/mãe	Funcionário Público
1949	1956	1970	14	Falecimento/pai	Empresário
1963	1968	1983	15	Falecimento/pai	Funcionário
1959	1970	1981	11	Falecimento/mãe	Empresário

Fonte: entrevistados (2010)

⁴¹ Simmel, George. **A Metrópole e a vida mental**. In Velho, Otávio (org). O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p.25.

Por questões éticas e por pedido, dos próprios entrevistados os nomes foram omitidos, ou no corpo do texto foram adotados nomes fictícios.

O ser humano na sua essência necessita de cuidados, ou seja, de estabelecer vínculos com as pessoas a sua volta e com o mundo que o cerca. Esse pode ser descrito desde sua infância até a vida adulta, onde o estabelecimento desses laços lhe confere a sensação de segurança e pertencimento ao contexto em que este inserido.

Estudos realizados por John Bowlby⁴², defendem que a formação de laços entre a criança e seu cuidador é essencial na formação de seu desenvolvimento emocional durante toda sua existência, e quando surge a descontinuidade desse processo, pode quebrar-se os vínculos, e comprometer o desenvolvimento psicológico e emocional dos indivíduos.

As pessoas constroem um modelo de si mesmas, de acordo com o mundo que as cerca, ou seja, como afirma um velho provérbio, “me diz com quem tu andas e direi quem tu és. Nessa perspectiva as relações desenvolvidas pelos internos do orfanato com os colegas e funcionários podem ser definidas como mecanismos modeladores do que se tornaram quando adultos. Alguns encontraram amizades que perdura até os dias atuais.

Segundo Eduardo (ex- interno), hoje quando analisa o apego que desenvolveu com alguns colegas de internato, é como se naquele momento ele tentasse se reconhecer no outro, como se aquele amigo significasse a concretização de se ter alguém que necessitasse dele.

No que tange as diferenças entre colegas, as “brigas”, que sempre aconteciam, era importante se ter a quem recorrer, eram laços fortes de companheirismo e cumplicidade. Na fala desse ex-interno, ter morado num orfanato foi melhor que ter vivido nas ruas, ter talvez se tornado um viciado em drogas.

Por diversas vezes ele se sentiu filho de ninguém, gente sem dono. Hoje acha mesmo que poderia ter sido pior, mas confessa ainda guardar certa melancolia da sociedade, pois tem conhecimento que o Estado / sociedade procurou aliviar sua responsabilidade, transferindo para uma instituição da sociedade civil suas obrigações básicas.

No entanto, para ele, atualmente não importa mais encontrar os culpados, se existiu algum, pois, o que realmente importou na sua vida, foi que conseguiu se reconstruir mesmo num lugar estranho, com pessoas que nunca tinha encontrado. “Tornou-se um homem de bem, que conseguiu ter sonhos e planos, constituir uma família, e todos os dias quando acorda, lembra-se da promessa que fez ainda menino. Se “um dia tiver um filho, serei um pai de verdade”. Eduardo tem hoje esposa e uma filha, e diz talvez não foi o pai perfeito que

⁴² BOWLBY, J. Teoria do apego e perda, Ed. Martins Fontes São Paulo 2004.

desejava, mas ao menos teve as melhores das intenções, algo que não se lembra de ter encontrado em seu pai.

Ao tentar compreender as vivencia desses meninos que viveram sua infância e sua adolescência no Patronato, hoje, pessoas adultas, encontram sentimentos antagônicos, de amor e rancor, nutridos pelos cuidadores da instituição, e também, por suas próprias famílias, e ainda pela sociedade que os colocaram no orfanato. Quando mergulham em suas lembranças, as vezes se perdem no depoimento, tentando descobrir o que foi real e o que foi apenas fruto de sua imaginação.

Alguns depoentes se consideram felizes por ter vivido no abrigo, para outros são lembranças de dias de solidão e abandono. O Patronato tentou preencher as necessidades desses meninos que lá chegavam, amenizando a dor da separação, e educando para a vida, colocando-os no caminho da boa conduta. Com certeza não conseguiu suprir todas as expectativas, foi o salvador para alguns, e foi uma espécie de “monstro do armário” para outros. Sabemos que o abrigamento é algo bastante ambíguo, traz consigo de maneira intrínseca, a exclusão social, e a desigualdade, é a dimensão ética talvez da injustiça e da omissão do Estado e da sociedade. Percebemos essa ambivalência de sentimentos na fala de alguns depoentes, como pode ser notada na entrevista abaixo transcrita⁴³ com um ex-menino do Patronato, hoje um homem adulto:

— qual o seu nome?

Meu nome é Rafael da Silva⁴⁴

- você se lembra de como foi seu primeiro dia no Patronato?

Fiz lá a 3ª série, cheguei bem pequeno, com sete anos quase oito.

-Porque você foi para o Patronato?

Eu era um menino muito levado, era pobre e era muito “atentado”. Minha mãe me dava muitos conselhos, mas eu não ouvia ninguém, queria ser dono de mim. Um dia ela chegou e falou: Meu filhinho do meu coração, eu tenho muita pena do que vou fazer, mas você não vai poder continuar aqui. Você não quer saber de aprender nada do que eu te ensino, não gosta de aprender a trabalhar e não posso cuidar de você e seus irmãos. Éramos três todos pequenos. Dessa maneira embora fique de coração partido você terá que ir para o Patronato. Naquela noite chorei muito. Mas no meu primeiro dia os outros meninos que já eram internos me receberam com carinho, e logo fiz muitas amizades. Levaram-me para conhecer a cozinha e dormitório. Hoje me sinto feliz por ter vivido lá no Patronato, pois sei que se minha mãe não estivesse me mandado pra lá, não teria me tornado o homem de bem que hoje sou.

⁴³ As transcrições das entrevistas realizadas tanto com ex internos, quanto com pessoas que foram dirigentes e funcionários da instituição, não serão apresentadas todas na íntegra, por termos trabalhado com indivíduos que fizeram sua passagem pela instituição em diferentes épocas.

⁴⁴ Nome fictício

Quando ingressavam no abrigo, os internos recebiam um “enxoval” composto por vários objetos de uso pessoal, destinadas para as aulas, o trabalho e dias de recreação, como podem ser notados no quadro a seguir:

Quadro II: Relação de alguns materiais que os internos recebiam ao ingressarem no internato de amparo para menores patronato buriti de Uberlândia.

Nº de ordem	Materiais Recebidos pelos internos
01	Duas farda marrom (short / camisa)
02	Uma farda verde (calça/ camisa)
03	Um par de botinas
04	Dois pijamas
05	Duas toalhas de banho
06	Uma colcha
07	Lençol de cama completo
08	Uma escova de dente
09	Um cobertor

FONTE: entrevista com o gerente responsável Sr. Sebastião.

A institucionalização ao mesmo tempo em que educa e disciplina, também significa ruptura com tudo que o menor conhecia até então, como já problematizamos. Sabemos que esta questão é bastante ampla, e nosso objetivo não é esgotá-la, mas discuti-la, levando em consideração as falas dos que fizeram parte dessa história, que viveram num orfanato. Sergio⁴⁵ era um menino de sete anos quando chegou ao orfanato. Foi internado por uma tia, já que havia perdido pai e mãe. Não gostava de viver na casa da tia, já que ela trabalhava o dia todo, e o tio bebia tanto quanto seu pai. Sentia-se sozinho no mundo, tinha um primo mais velho, com uns 10 anos na época, eram amigos, no entanto a família não podia arcar com duas crianças, e ele foi o eleito para ser deixado numa instituição, que segundo a tia teria “tempo” para cuidar dele.

No começo essa tia que se chamava Berenice e o primo ia visita - lo. Com o passar dos meses essas visitas foram se espaçando uma das outras. Sérgio teve que se acostumar a ter como visitas apenas às “madrinhas” caridosas que iam ao abrigo aos domingos e feriados levar presentes e um pouco de atenção aquelas crianças. Ao receberem essas visitas essas

⁴⁵ Ex – interno, morou no orfanato por 18 anos, mesmo após servir o exercito, retornou ao abrigo, residindo nos quartos de fora dos pavilhões.

crianças se sentiam importantes e queridas e isso fortalecia neles sua auto-estima, facilitando as interações sociais dentro do próprio abrigo.

Essas madrinhas eram pessoas que residiam na cidade, e que faziam uma parceria com o orfanato para promover dias de visita. Levavam lanches, brinquedos, ensinavam brincadeiras e ofereciam um pouco de companhia aos internos. Era uma espécie de “mães postiças” ou de adoção provisória, que mulheres da sociedade faziam em relação as crianças. Esses eventos funcionavam como uma maneira de amenizar sentimentos de rejeição e abandono, e, talvez, para quem as praticava fosse uma forma de lenitivo para suas consciências. Aqui, também, vez por outra, aparecem as contradições: as mesmas pessoas que excluía socialmente promoviam eventos para inserir o excluído no convívio social.

É possível percebermos que, a instituição estava sempre em constante movimento, na tentativa de construção e reconstrução desses meninos que lá chegavam. É nesta prática que podemos refletir sobre as tantas formas de atuação construídas cotidianamente e produzidas por um fazer desses sujeitos, os quais, pelas mais diversas razões viveram no abrigo. Trata-se, na verdade, da repetição de antigos procedimentos, já que a literatura nos traz registros sobre o acolhimento de crianças órfãs, abandonadas ou simplesmente pobres deixadas em asilos, prática essa, comum nas principais cidades brasileiras desde o século XIX, embora, realizada basicamente por ordens religiosas, sem uma participação mais significativa do Estado.

Mesmo que o abrigo não respondia, assim como continua não respondendo, satisfatoriamente as necessidades dessas crianças, no momento em elas foram lá internadas significou, para alguns, a incorporação de novas possibilidades e formas de atuação, ainda que fosse necessário avançar, pois o Patronato de Menores Buriti vivenciava um momento de mudanças e reordenamentos nas instituições de acolhimento. É fundamental, entretanto, reconhecer que muitos agentes que ali atuaram, como produtores de práticas e saberes, assumiram um papel de agentes de transformação.

O patronato fundamentava-se em princípios religiosos, como quase todas as instituições de acolhimento da época, apresentando justificativa moral da assistência associada às justificativas econômicas e políticas. Para fortalecer todos esses aspectos, praticava a educação física, moral, instrucional e profissional, visando devolver à sociedade aqueles indivíduos adaptados ao meio social, mas também, atendendo ao crescente apelo nacionalista, ou seja, torná-los instrumentos para servirem ao engrandecimento da pátria.

A entidade tinha como meta educar o corpo pela educação física; a mente pela educação moral; o intelecto pela educação instrucional e para o trabalho através da educação

profissional. Todos deveriam aprender algum ofício: uns trabalhavam na fábrica de tela, outros na horta, na granja, ou ajudando na pocilga. Os mais novos catavam folhas secas no pátio, mas era importante que todos tivessem uma ocupação cotidiana.

Os depoentes enfatizam a importância que a direção da instituição dava à educação, concebida como o melhor instrumento para alcançar a tão desejada integração/reintegração social deles na sociedade. A maioria não quisera estudar mais que o ensino fundamental ou o ensino médio, mas tinha a oportunidade de chegarem até a faculdade.

Segundo José, não se tem conhecimento de muitos que optaram pela faculdade, mas a chance existia. Dentre esses que se destacaram está um renomado desenhista de nossa cidade o Sr. Nicanor da Costa, que foi interno do Patronato durante dez anos, dos quais, sete no Buriti e três no Rio das Pedras⁴⁶.

Posteriormente, ele acabou fazendo parte da diretoria do Patronato Buriti. Através das entrevistas, nos foi relatado que, dentre os que estudaram, um é funcionário a muitos anos da Tyresoles, outro é agrônomo, oficial da marinha, e muitos outros que se destacaram, mas precisaríamos de dados mais exatos, para não fazermos declarações incompletas.

Os Patronatos Agrícolas ao albergarem essas crianças, visavam sua inserção no convívio social através do trabalho, prática incentivada pelo Ministério da Agricultura. As autoridades da época acreditavam que a vida no campo tornava possível a reabilitação dos valores morais ameaçados pela vida na cidade, já que a maioria dos que “necessitavam” ser internados em orfanatos não dispunha de uma família que lhes ensinasse os “bons caminhos” da vida social. Acreditava-se que somente a educação e o trabalho, poderia levar aos internos a noção de responsabilidade e participação, garantindo-lhes assim o desenvolvimento de todas as suas capacidades na realização de seus projetos dentro e fora da instituição. Assim, na visão dos dirigentes da instituição, eles se tornariam cidadãos verdadeiramente comprometidos com a moral cívica.

Contudo, vários estudos ao longo da história tem demonstrado que não basta apenas educar pelo trabalho, pois a criança institucionalizada também necessitava de apoio para o desenvolvimento de sua auto-imagem. E a experiência de se viver num abrigo, ser criado nesse abrigo, dificulta o desenvolvimento dessa auto-imagem. Tudo que a criança vivencia na sua infância e adolescência, os valores e crenças pode determinar a maneira de ver e encarar a vida adulta.

Mesmo que essa seja uma colocação bem mais recente, talvez, movidos pelas

⁴⁶ Outro Patronato agrícola em Uberlândia, nesse era abrigado meninas e meninos.

necessidades do cotidiano e desconhecendo tais estudos, os educadores e administradores do abrigo buscavam alternativas para amenizar esses danos no emocional dos internos. Como trabalhos recreativos, educativos, ofereciam também acompanhamento psicológico, e de serviço social. Mas ainda acreditavam que os prejuízos seriam ainda menores que os causados se a criança continuasse em situação de risco como se encontrava antes da internação.

Nos relatos dos depoentes eles demonstram que sabiam que o abrigo correspondia melhor a suas necessidades em relação ao que tinham com suas famílias, isso, quando se tinha uma. Sentiam-se cuidadas, mesmo que fossem por estranhos, ali podiam brincar e fazer novos amigos.

Para Gabriel, foi lá que soube o que significava ter uma infância de brincadeiras com outros meninos. “....a gente brincava, desenhava na escola, tinha televisão, um campo pra jogar futebol, ...há tinha também uma piscina grande , que ate chegar lá nunca tinha mergulhado numa.⁴⁷”.

Era um mundo com brincadeiras e limites, pois as crianças necessitavam de limites. Algumas demonstram, ainda depois de tantos anos, ressentimentos com os cuidadores que ministravam as punições, sendo que, por inúmeras vezes, sentiram-se injustiçadas. Nos relatos mencionam “proteção” para alguns que eram tratados de maneira diferenciada, e isso algumas vezes os deixou frustrados.

Mas hoje sabem que os conflitos eram inevitáveis, pois viviam em um grupo muito grande, sempre existia lá uma media de 100 crianças. Muitos recorriam às agressões físicas e verbais para se defender, sendo essa era a única maneira que conheciam. E nesses embates sofriam punições que iam desde ficar sem jantar, a algumas cintadas nas pernas. Hoje conseguem entre risos falar dessas punições como algo corriqueiro na vida de uma criança.

Percebemos de forma bem nítida que após a separação de suas famílias, as crianças buscaram outras referências de apego, mantendo relações afetivas com outras pessoas. Parece-nos que se trata de uma tentativa de “substituição”, ou seja, elas adotavam outra pessoa para lhes afigurar como se fosse sua mãe. A maioria cita a esposa do senhor Sebastião, dona Margarida, como uma senhora de atitudes bondosas.. Os depoentes não esqueciam a figura materna,

Mesmo com todas as frustrações que os fizeram ser internados no abrigo, ainda mantinha uma visão mais idealizada do que significava a figura materna. Esse é um dado

⁴⁷ Gabriel, ex-interno, viveu no abrigo por 10 anos, a sua fala na íntegra.

presente na literatura especializada sobre a temática. Segundo constataram Cavalcante & Jorge⁴⁸ (2008), o sentido de mãe não está diretamente relacionado à mãe biológica.

As crianças trazem a insegurança gerada na privação inicial com a mãe biológica para dentro da nova relação, porém também trazem a esperança de transformação: o que não encontraram na relação anterior é buscado agora na mãe acolhedora.

Essa figura, mesmo provisória e substituta, minimiza os efeitos nocivos da institucionalização, pois possibilita a existência de uma relação afetiva. Bowlby (1981), também, sugere que os cuidados substitutos são encarados pelos internos como formas de tentar diminuir os danos causados pela privação do amor dos pais nas crianças institucionalizadas.

Esses cuidados, realizados por uma mãe substituta, são imprescindíveis para o desenvolvimento da criança e para a formação do seu psiquismo, mesmo sabendo-se que eles não são totalmente adequados.

Vale ressaltar que ainda são desconhecidas muitas das causas que desencadeiam os possíveis prejuízos em crianças que viveram abrigadas. Percebemos nos depoentes claramente isso, enquanto alguns demonstram sentimentos de saudade do abrigo, outros deixam transparecer rancor e ressentimentos. Essa ambiguidade encontramos também nas diferentes formas de discutir o problema da institucionalização de crianças no Brasil. Em (Cavalcante, Magalhães e Pontes, 2007, p. 343), quanto mais longa a duração da ausência materna, maior será o prejuízo no desenvolvimento da criança. Para os autores,

É possível afirmar que existe, hoje, um relativo consenso em torno da idéia de que a institucionalização em si mesma abre um campo favorável para a configuração de várias situações de risco (tratamento massificado, privação da convivência familiar, separação da figura de apego, confinamento social), mas que somente a combinação entre a natureza, a quantidade e a intensidade dos fatores de risco decorrentes dessa experiência de privação afetiva seria capazes de definir as quão adversas e hostis podem ser as condições do ambiente físico e social para o desenvolvimento da criança que se encontra sob os cuidados do abrigo, p. 343.

Ainda segundo esses autores, eles percebem a institucionalização como algo prejudicial ao desenvolvimento infantil, não tendo possibilidades de ações que possam alterar a realidade de quem necessita ser afastado de seu meio familiar, por estar sofrendo algum tipo de violação de direitos. Partem da premissa de que a institucionalização não é a melhor opção para o desenvolvimento e socialização, já que as crianças e adolescentes não desfrutam de

⁴⁸ Cavalcante, C., Jorge, M. (2008). Mãe é a que cria: o significado de uma maternidade substituta. *Estudos de Psicologia*, 25(2), 265-275.

atendimento personalizado em razão do número desproporcional de crianças em relação aos de cuidadores .

Outros estudos demonstram que em situações graves na família, a instituição pode ser a melhor opção de apoio e afeto, ou seja, esses autores acreditam no papel desempenhado por essas instituições de atendimento que compõem a rede de apoio social. Desde o início da assistência aos menores abandonados, avaliam essa alternativa como positiva.

Marin (1999) demonstra que a criança encontra na instituição os limites para aquisição de sua identidade, colocando-a como um sujeito ativo. A desmistificação desses aspectos abre espaço para que a instituição seja uma alternativa e possibilidade viável ao desenvolvimento integral da criança, mesmo privada da convivência familiar.

Para Siqueira e Dell' Aglio (2006, p 73), a instituição de abrigo é um local muito importante, pois é onde os abrigados “realizam um grande número de atividades, funções e interações, como também um ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto”. Ademais, o abrigo não é somente um local de moradia, pois também proporciona recursos para o enfrentamento de todo o tipo de situação de vida, adversa ou positiva.

Pelo exposto, no caso desta pesquisa é possível concluir que ter sido aluno interno do Patronato não assegura previamente sucesso ou fracasso. Segundo Nicanor⁴⁹, ex-interno daquela instituição, assim como teve os que se destacaram como profissionais, houve também os que ao se desligarem do Patronato , quando se viram nas ruas da cidade, sem horários e sem limites, acabaram por cometer delitos que a sociedade desaprova. E de quem era a culpa? Evidentemente que os menos informados nesse momento, colocavam toda a responsabilidade no Patronato, no fato do indivíduo ter vivido no orfanato.

Entretanto, não foi lhe dado tal orientação, e não é porque tenha sido morador da instituição que tenha se tornado um bandido. Afinal a escola educa, mas é preciso que cada indivíduo também dê parte de sua contribuição para se chegar a qualquer meta⁵⁰.

Afinal, apesar da ambivalência de sentimentos que percebemos nos depoimentos, foi lá que aprenderam o respeito pelo outro. Como relembra um ex-interno, no Patronato “tivemos muita disciplina e hoje, como um adulto, percebo o quanto me é útil na minha vida.

⁴⁹ Nicanor da Costa e Silva, ex interno, formado em desenho de arquitetura, Uberlândia, e fez arte da diretoria no ano 1973, da instituição.

⁵⁰ Idem.

Aprendi o alicerce da moral , educação e religião, pois ate chegar lá nunca me falaram de um Deus. Lá a gente aprendeu a ter responsabilidade em tudo que fazemos⁵¹”.

Como se nota, a instituição foi na vida dessas pessoas uma espécie de mediadora entre eles como indivíduos e o meio externo, ao qual precisavam de orientação para viver. Foi-lhes a oportunidade de estabelecerem as bases para a formação de suas personalidades, e a visão de mundo que hoje detém, cujos papeis e valores devem estar de acordo com a sociedade a qual estão inseridos.

Quando analisamos as falas contidas nos depoimentos sentimos que no Patronato não existia apenas a força da imposição de regras e normas, embora elas existissem sim, e deveriam ser cumpridas, havia também o sentimento de cooperação e companheirismo como niveladora dos diferentes pontos de vista, regidas pela reciprocidade e respeito mutuo. Evidentemente, naquele período de funcionamento do Patronato existiam muitas pessoas com idéias adversas do que seria o funcionamento de uma instituição naquele modelo.

Segundo a maior parte dos depoentes o abrigo foi a oportunidade de serem orientados e preparados para viver em sociedade. Alguns egressos não souberam dar continuidade ao aprendizado que adquiriram naqueles anos que estiveram na instituição. Como conta Roberto⁵² ex-morador do Patronato, tem-se noticias de alguns que não conseguiram lidar com o fato de ter vivido num orfanato, fracassando em tudo que apreendeu lá. Mas não se pode responsabilizar a institucionalização, pois em lares de família tradicional também temos os desvios de aprendizado.

Para Roberto, claro que a situação de quem é internado em um orfanato é sim uma situação conflituosa com relação à institucionalização, pois não é a família , mas é preciso reconhecer que, também, havia meios que amenizar a situação: ... *lá tinha alguém que educava e cuidava da gente, havia com quem compartilhar nossas coisas.* Durante os anos que Roberto morou na instituição, teve contato com meninos que não sabiam como foram parar lá, apenas sabiam que a mãe precisou deixá-los no Patronato.

Pelo que percebe, nem sempre existia uma preparação para dialogar com essa criança a respeito da sua internação. Isso gerava sim revolta e sentimentos de rejeição, por um lado, mas, eles sabiam que ainda tinham laços familiares. Pois, esses pais ou parentes que internavam o menino não tinham perdido ou sido destituídos do pátrio poder, não se tratava de uma entrega para a adoção, mas sim, de uma separação momentânea.

⁵¹ Antonio Darc, viveu no orfanato por 11 anos.

⁵² Roberto Felix, viveu no Patronato por dez anos , gostava de morar lá.

A instituição encorajava as visitas de familiares, numa tentativa das crianças não perderem esses laços, existia no orfanato aqueles que internados por algum parente, nunca mais ouviam notícias desse parente ou de qualquer familiar. Segundo um egresso do Patronato, Nicanor⁵³, chegou ao orfanato com 06 anos de idade, internado pelo pai, era órfão de mãe, e o pai não tinha condições financeiras de educá-lo, durante sua permanência como interno, nunca mais recebeu visitas do pai ou de qualquer outro parente. Viveu lá até os quinze anos, indo em seguida para outro Patronato o Rio das Pedras, segundo o depoente, nesse não se adaptou, pois nesse abrigo era a lei do mais forte, e novamente foi encaminhado ao Buriti.

Não existia aquele calor humano que encontrou no Patronato Buriti. Não se sentia revoltado com o genitor, tanto que com dezenove anos foi procurá-lo, buscando informações para localizá-lo, desejava agradecer pelo fato de ter sido internado no Patronato, mas infelizmente quando conseguiu chegar ao Paradeiro do pai, esse havia falecido fazia três anos.

Segundo Nicanor o entrevistado, lá aprendeu através de princípios rígidos valores morais, traz na lembrança um episódio, uma vez foi colocada uma nota de dez cruzeiros, de maneira displicente esquecida, para testar os meninos, ele viu-se diante da situação e pegou o dinheiro. E na verdade era uma armadilha, entre risos, nos relata o fato. Sofreu sim punições severas, mas também agradece pelo bom exemplo. Foi baseado na educação que recebeu no internato que estudou e se tornou um homem de bem, formou - se em desenho, posteriormente ocupou um lugar na diretoria. Era visto pelos demais com muito respeito, uma espécie de conselheiro, pois era um ex - interno, então conhecia de perto a instituição. Atualmente é diretor de patrimônio da Icasu em Uberlândia. Para ele foi depois da implantação do ECA, que motivou o fechamento da instituição, não concorda com essa “falsa” proteção ao menor.

Na fala de todos os entrevistados há uma estória de uma rotina muito forte, com horários e atribuições a cumprir, desde a aurora ao anoitecer. Mas há também um grande sentimento de agradecimento por ter tido um lar, fato que significou a grande diferença em suas escolhas e no que se tornaram hoje.

Para os depoentes nem todos que passaram pela instituição conseguiram encontrar lá um lar, pois na vida cada indivíduo tem suas particularidades, e desenvolve suas próprias opiniões acerca do mundo em que vivem. Teve os que se perderam pelo caminho, não conseguiram assimilar o fato de ter sido internado, deixados pela família em um orfanato.

⁵³ Atualmente desenhista em Uberlândia, esta com 68 anos de idade.

Teve alguns finais trágicos de egressos, mas como na vida não existe sempre sucessos, existe também os fracassos, e cada qual desenvolve suas capacidades para lidar com isso.

Entretanto o que devemos levar em consideração, é o fato de ter sido possível mudar a realidade e o destino de um numero significativo de pessoas. Segundo Nicanor, quando podemos “salvar uma única pessoa podemos sentir a sensação de dever cumprido”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa, conseguimos observar a partir de depoimentos dos egressos do Patronato Buriti, um reconhecimento por parte dos mesmos sobre a importância de terem vivido naquela instituição. Percebe-se, com isso, a capacidade do ser humano em elaborar costumes e hábitos, adaptando-se a nossas circunstâncias para se reconstituir como sujeito social.

Essa pesquisa significou, também, uma tentativa de dar voz a pessoas anônimas, possibilitando que as mesmas, através de suas experiências, contribuíssem para desconstruir no imaginário social a imagem negativa de “infrator”, geralmente associada àqueles que habitam uma instituição como essa aqui estudada.

Atualmente, na condição de adultos, muitos dos egressos do Patronato admitem que, na condição de internos, experimentaram sim, sentimentos ambivalentes, no entanto, suas falas deixam clara a importância da instituição para suas vidas e suas escolhas.

A partir do questionamento inicial sobre quem eram as crianças acolhidas no Patronato e o que elas pensavam sobre suas trajetórias de vida, os desdobramentos da pesquisa suscitaram o surgimento de outras indagações sobre a criança institucionalizada, bem como sobre a prática dos profissionais que lidam na área de proteção à infância, no intuito oferecer maior proteção às mesmas.

Através dos dados colhidos junto às fontes e por meio das consultas bibliográficas, foi possível constatar como emergiu a necessidade de se repensar os conceitos sobre assistência ao menor carente e acompanhar os novos caminhos que foram trilhados. Daí, a importância das ações que superaram a imagem estigmatizada do menor abandonado associada sempre à figura do “infrator”. Nesse sentido, o trabalho não teve a intenção de desmerecer as conquistas já alcançadas nessa área, mas sim, o desejo de problematizar essas conquistas. Daí, os questionamentos sobre o alcance dessa “proteção” oferecida ao menor abandonado ou

infrator e se esta se encontra em concordância com todas as transformações desses conceitos ao longo da história. Por isso, essa opção não significou procurar neutralizar qualquer dano causado àqueles que viveram em internatos, mas, por outro lado, buscou registrar, também, que a institucionalização, para muitos, foi de suma importância para a vida que levam, atualmente.

Ao término desse trabalho pude observar algumas limitações da pesquisa, tais como, a impossibilidade de entrevistar um número maior de egressos e de consultar mais documentos relativos ao Patronato Buriti. Infelizmente, os registros sobre a existência da instituição em Uberlândia ficaram restritos a algumas poucas páginas no arquivo público e a alguns recortes de acervo particular.

Mesmo com essas dificuldades, o trabalho permitiu concluir que, contrariando a lógica estigmatizada de que as condições de vida do menor institucionalizado levam-no aos desvios de conduta, existem sempre linhas flexíveis, revelando que o campo do social nunca está formatado a partir de esquemas pré-concebidos. Como a realidade sócio-histórica é sempre um caminho em construção, cabe aos sujeitos fazerem a diferença. E esta, necessariamente, está vinculada às nossas escolhas.

REFERENCIAS

ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1987

BOWLBY, J. Teoria do apego e perda. São Paulo: Martins, 2004.

CAMPOS, A.V.D. de S. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. P.195.

CAVALCANTE, C., Jorge, M.(2008). Mãe é a que cria: o significado de uma maternidade substituta. *Estudos de Psicologia*, 25(2), 265-275. Cavalcante, L., Magalhães, C., Pontes, F. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento.

CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte, **Meninos Institucionalizados: a construção de um caminho**. São Paulo: Arte e Ciência, 2000.

CULTURAL, LAROUSSE. **Grande dicionário da língua portuguesa**. Ed. Nova Cultural. 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petropolis: Vozes, 1999.

GRACIANI, Maria Stela Santos, *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 1997.

HAHNER, June E. **Pobreza e Política**: os pobres urbanos no Brasil, 1870: 1920. Brasília, EDUNB, 1993.

JENKINS, Keith. **História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCILIO, Maria Luiza, **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: 2ª ed. Editora. Hucitec, 2006.

REPÓRTER DE UBERLÂNDIA, 22 de maio de 1947. [www. BuscaLegis.ccj.ufsc.br](http://www.BuscaLegis.ccj.ufsc.br) visitado 12/03/2010.

REV. BRASILEIRA de HIST. vol.19 n.37 São Paulo. Set. 1999

RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil. Uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1993.

_____, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene, **A criança no Brasil hoje – desafio para o terceiro milênio** – RJ : Editora Universitaria Santa Úrsula, 1993.

SIMMEL, George. **A Metrópole e a vida mental**. In Velho, Otávio (org). O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p.25.

SIQUEIRA, A., Dell'Aglia, D. (2006) O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, 18 (1), 71-80.

SITE CONSULTADO: <<http://www.ipea.gov.br>> acesso em 17 de novembro 2009.
Disponível: <<http://www.revispsi.uerj.br>> acesso em 01 dezembro 2010.

VOZ DO POVO DE UBERLANDIA, 11 de junho de 1947. [www. BuscaLegis.ccj.ufsc.br](http://www.BuscaLegis.ccj.ufsc.br) visitado 12/03/2010.

ANEXOS

1.1 Roteiro das entrevistas

Questionário com ex-internos.

- 01- Com quantos anos chegou e quantos anos morou no orfanato?
- 02- Por que foi encaminhado pra instituição?
- 03- Quando lá vivia, desejava voltar pra viver com sua família?
- 04- Qual a relação que você desenvolveu com a instituição?
- 05- Qual sua opinião a respeito das atividades lá desenvolvidas, tipo as obrigações, as recreações, etc.?
- 06- Pra você quais foram as vantagens e/ou desvantagens de ter vivido em instituição?
- 07- O que você acha que poderia ter sido diferente se tivesse vivido com sua família?

1.2 Entrevistados

* Eduardo Santos da Silva, residente em Uberlândia, autônomo, viveu no orfanato de 1966 – 1984.

* Sergio Antunes, residente em Uberlândia, autônomo, viveu no orfanato de 1967- 1980.

* Rafael da Silva , residente em Uberlândia, funcionário público, viveu no orfanato de 1973-1983

* Gabriel dos Santos, residente em Uberlândia, funcionário de uma empresa da cidade, viveu no orfanato de 1968 – 1983.

Antônio Darc da Silva, residente em Uberlândia, viveu no orfanato de 1970-1981.

Roberto Felix , residente em Uberlândia nas Mansões Aeroporto, micro – empresário, viveu no orfanato de 1976-1985.

Nicanor da Costa silva, residente em Uberlândia no bairro Brasil , autônomo, viveu no orfanato de 1956-1970.

* nomes fictícios.

Iconografia



Figura 1 : atendimento medico, 1973, acervo particular.

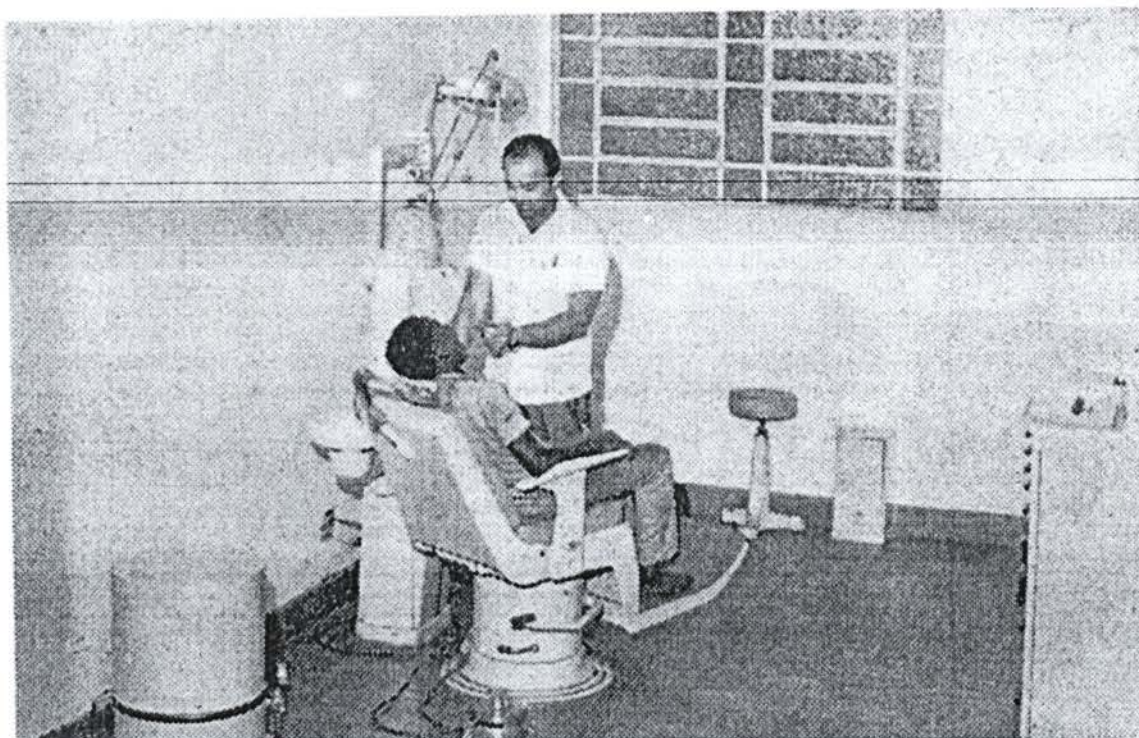


Figura 2: atendimento odontológico, acervo particular, 1973.

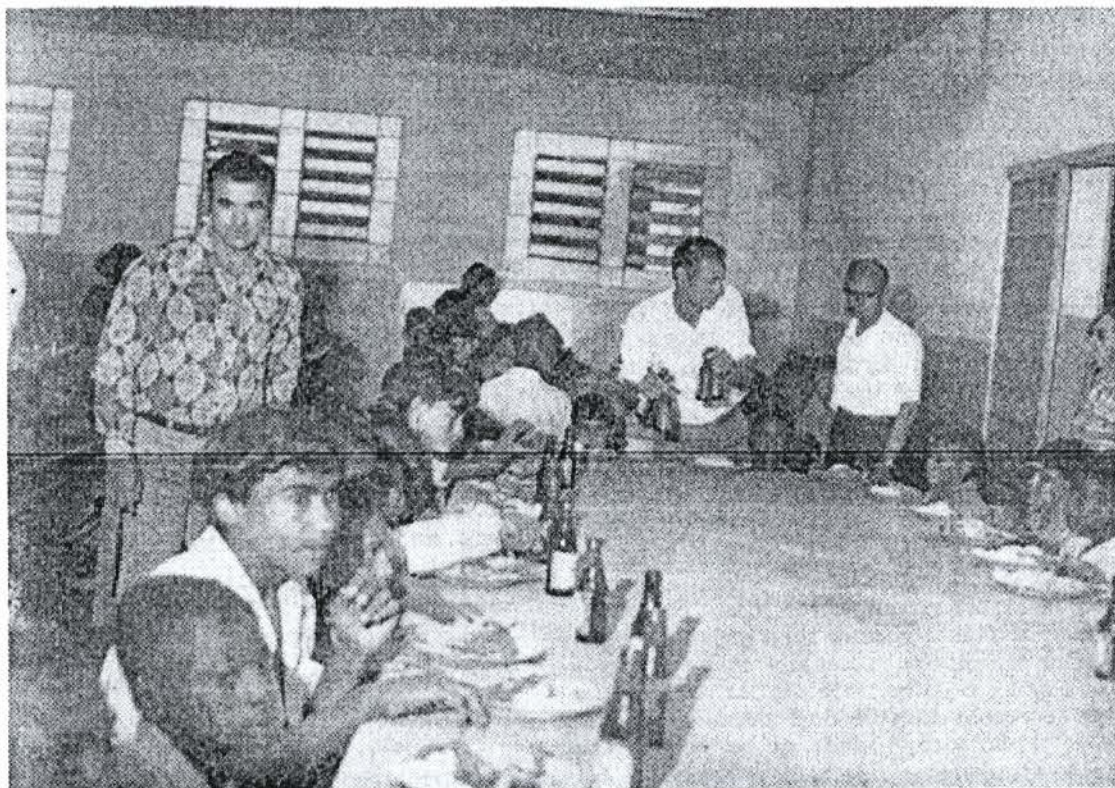


Figura 3 :almoço aos domingos, 1973.

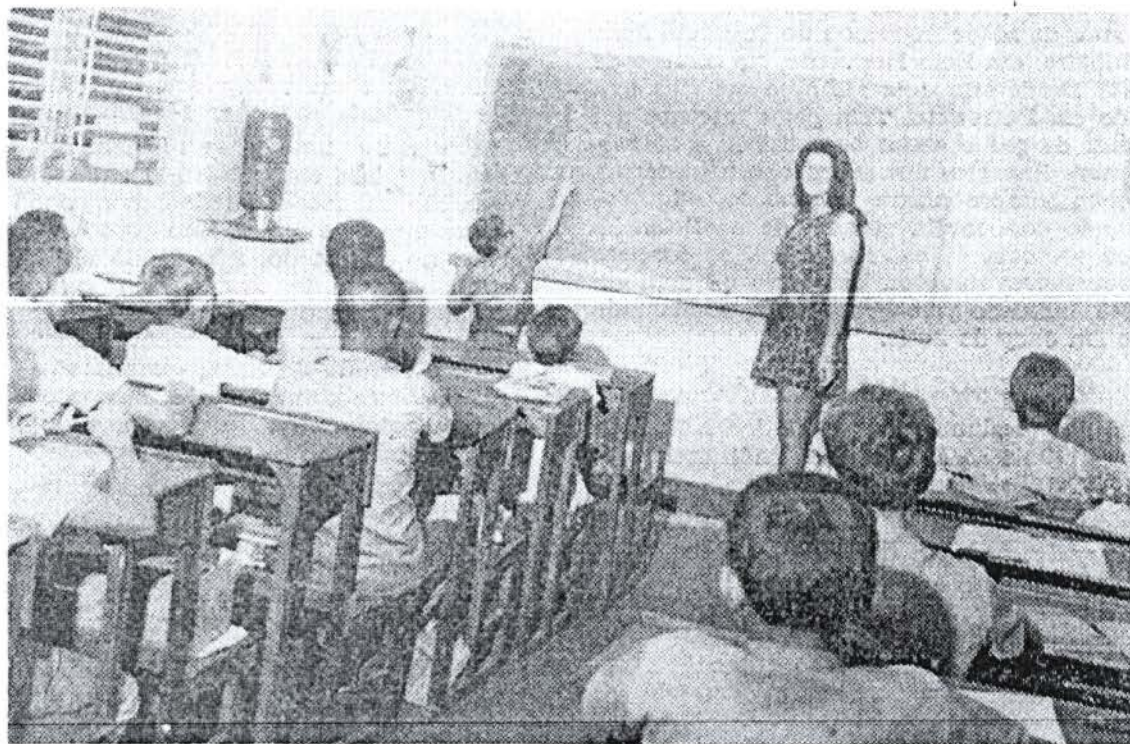


Figura 4: sala de aula, 1973.

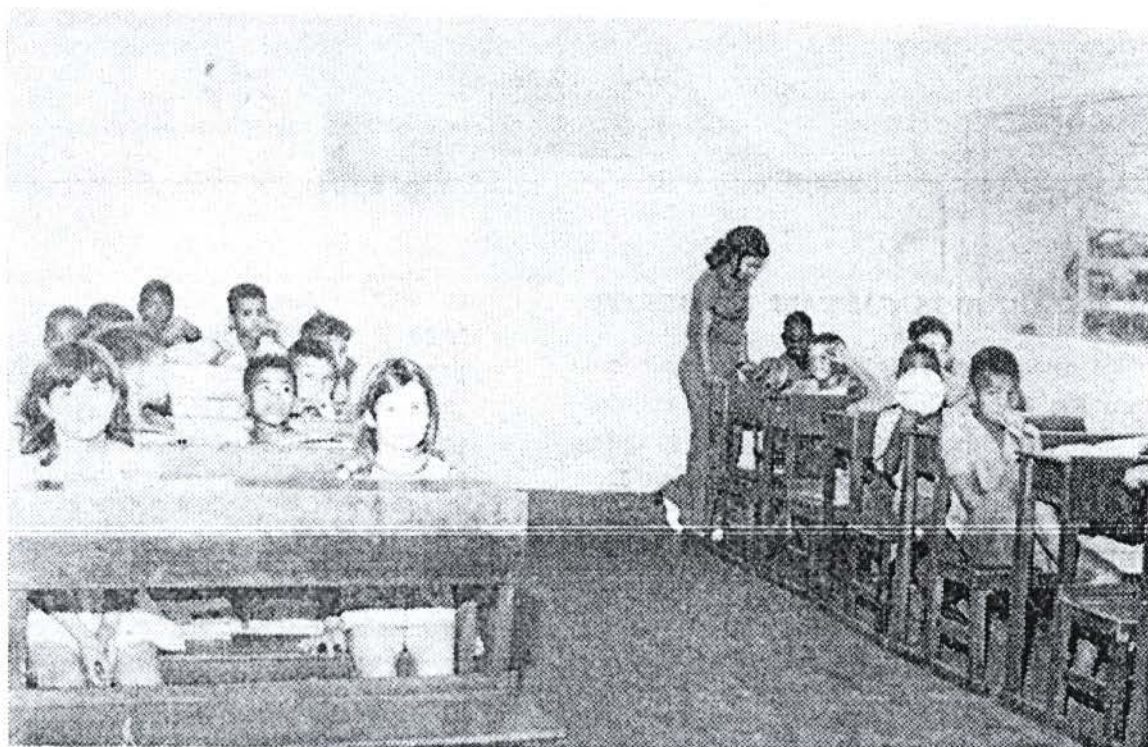


Figura 5 : sala de aula, 1973.

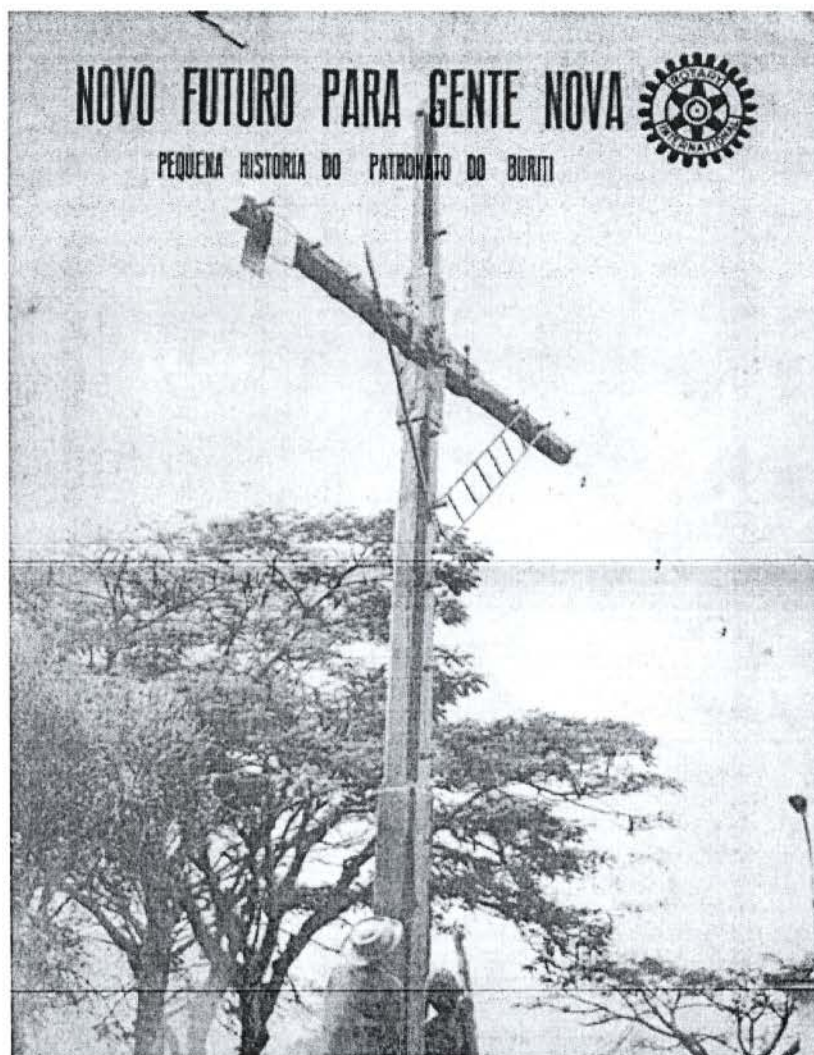


Figura 06: mastro conhecido como “cruzeiro”, usado para hastear bandeira.

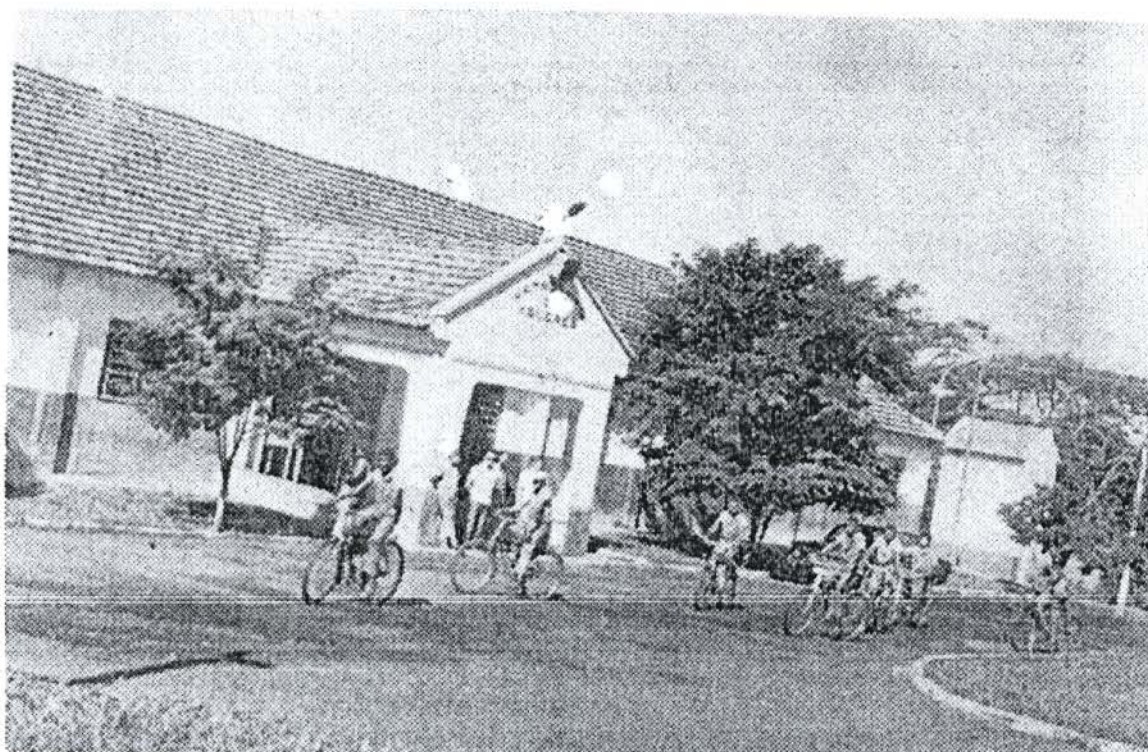


Figura 07: vista frontal do Patronato, alamedas usadas também para passeios de bicicletas.



Figura 08: piscina construída para recreação.

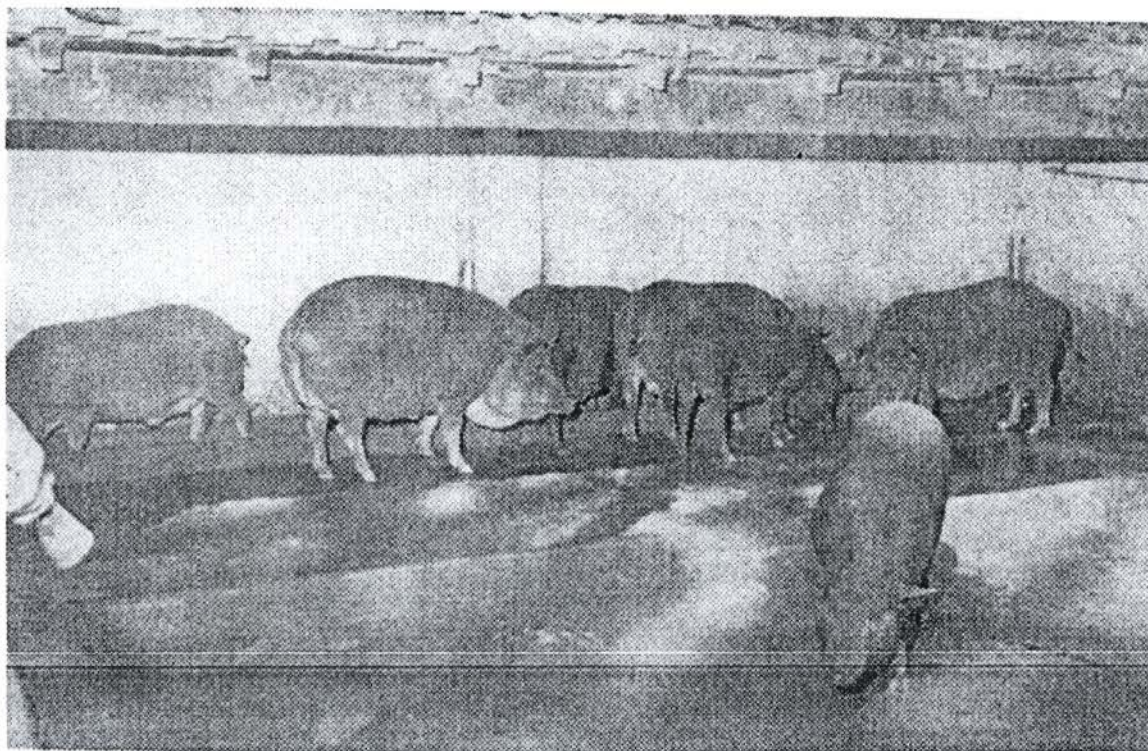


Figura 09: suinocultura.



Figura 10 : solenidades na prefeitura de Uberlândia, durante homenagem a mãe do ano, Margarida Almeida.



Figura 11: homenagem a Margarida Almeida, como mãe do ano, na prefeitura de Uberlândia.

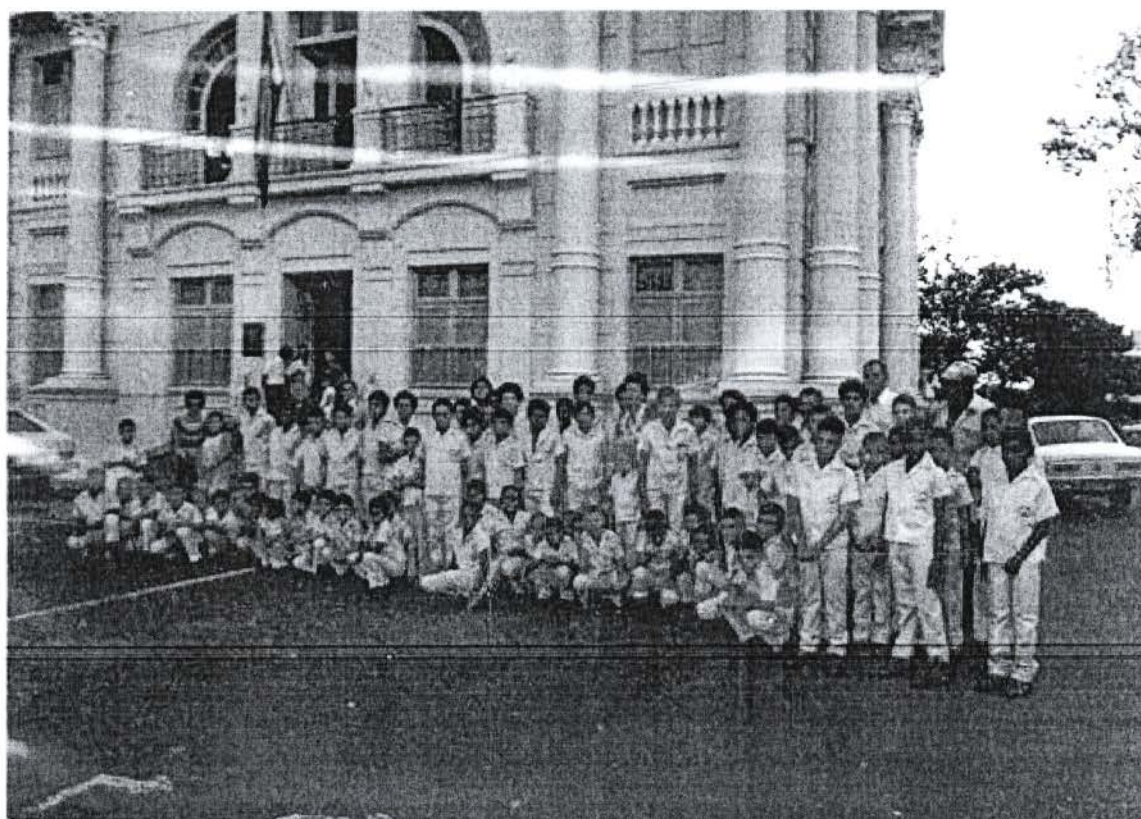


Figura 12: homenagem a Margarida Almeida, como mãe do ano, na prefeitura de Uberlândia.



Figura 13: homenagem a Margarida Almeida, como mãe do ano, na prefeitura de Uberlândia.



Figura 14 : Sebastião Moreira Rodrigues, administrador (gerente), chegou ao Patronato Buriti, em 1948, indicado pelo Dr. Rolim e Dr. Jacy de Assis.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

Dorivaldo Alves do Nascimento
Presidente da Câmara Municipal

*Com a honra de convidar V. Excia. e Exma.
 família para assistirem às solenidades em homenagem à
 Mãe da Ano - Sra. Margarida Almeida Rodrigues, a
 serem realizadas no dia 11 de maio às 16:00 horas no
 Salão Nobre da Câmara Municipal.*

Figura 15: Convite na íntegra, homenagem da mãe do ano.

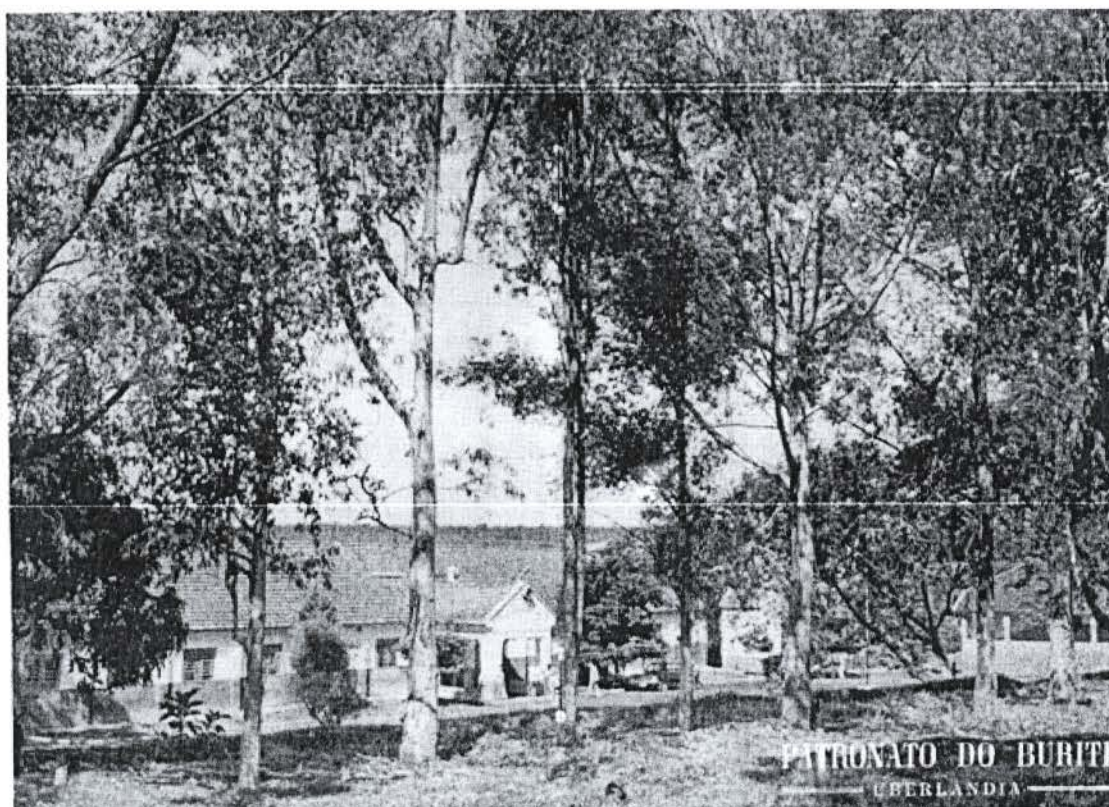


Figura 16: vista frontal do Patronato do Buriti.



Figura 17 : vista frontal do Patronato Buriti, alguns anos após o encerramento de suas atividades em 1986.